

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PAOLA CORDEIRO PESSANHA CAMPOS

**A Dimensão Educacional do Serviço Social: uma experiência com
adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto.**

MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

**SÃO PAULO
2019**

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PAOLA CORDEIRO PESSANHA CAMPOS

**A Dimensão Educacional do Serviço Social: uma experiência com
adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto.**

MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

Dissertação apresentada à banca
examinadora da Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo, como exigência
parcial para obtenção do título de Mestre em
Serviço Social, sob a orientação da Prof^a.
Dra. Maria Lucia Rodrigues.

**SÃO PAULO
2019**

Errata

CAMPOS, Paola C. P. **A Dimensão Educacional do Serviço Social:** uma experiência com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. PUC/SP. 2019.

FOLHA	LINHA	ONDE SE LÊ	LEIA-SE
29	Nota De Rodapé	Rodrigues, Maria Lucia. Paradigmas Contemporâneos, Práticas Profissionais e Transdisciplinaridade I: curso de [Colocar aqui qual o curso que a aula foi ministrada], [Colocar aqui a instituição], [Ano]. Notas de aula.	Rodrigues, Maria Lucia. Paradigmas Contemporâneos, Práticas Profissionais e Transdisciplinaridade I: Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017. Notas de aula.

BANCA EXAMINADORA:

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) - órgão ligado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação para incentivo à pesquisa no Brasil – pela possibilidade oferecida.

I thank the Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) - linked to the Ministry of Science, Technology and Innovation to encourage research in Brazil – by the possibility offered to the students.

AGRADECIMENTOS

Vivenciar a experiência do mestrado foi muito desafiador, intenso e rico. Uma das coisas que mais gosto de fazer na vida é aprender, e tenho a certeza de que enquanto eu viver vou aprender. O conhecimento me fascina, me alegra, me dá segurança, me faz despertar e, assim, evoluir. A experiência do mestrado me transformou não só como profissional, mas como ser humano; superei limites, me conheci melhor e descobri que o autoconhecimento é um caminho para superar obstáculos, junto com a minha fé na força criadora do universo.

Agradeço a luz divina que me ilumina, me dá forças para enfrentar as dificuldades e me faz enxergar o lado positivo em tudo, tirando um aprendizado de todas as situações.

Certa vez eu li em um livro que “se quer ir rápido vá sozinho, mas se quer ir longe vá acompanhado”. Eu tive muitas pessoas ao meu lado durante essa jornada.

Sou eternamente grata às 3 pessoas mais importantes da minha vida: minha mãezinha, Fernanda; minha irmã, Fernandinha; e meu marido, Gabriel. Sem o apoio, carinho, amor, compreensão e incentivo de vocês, esse sonho não seria uma realidade. Amo vocês.

Gabriel, como é bom ter você em minha vida; a experiência de compartilhar a vida com você me faz crescer e colore as páginas da minha vida. Você acreditou tanto em mim, me deu apoio incondicional. Te amo imensamente!

Agradeço aos meus familiares, amigos e amigas (Dani, Carol, Thaisinha e Ellen), que deixam a vida mais divertida, leve e cheia de amor.

Agradeço a todos os meus professores, em especial minha ex-professora, ex-orientadora e hoje minha querida amiga Dr^a Ivana Faes; seu incentivo, apoio, carinho, suas palavras doces sempre me fortaleceram, aprendi e aprendo muito com você.

Meu carinho, minha gratidão e admiração à Professora Dr^a Maria Lucia Rodrigues, minha orientadora na dissertação e a pessoa que contribuiu muito para o despertar da minha consciência. A professora me trouxe o novo, e a novidade nos

causa insegurança, pois nos tira da zona de conforto, mas amplia a nossa mente e isso é sublime. A experiência de ser sua orientanda me transformou, foi magnífico todo o aprendizado, todos os momentos que passamos juntas nas aulas e orientações, levarei as lembranças (principalmente dos seus abraços apertados e carinhos) e aprendizados para sempre comigo. Rodrigues, você é uma profissional incrível, inteligentíssima e uma orientadora muito exigente, mas toda sua exigência vem cheia de carinho, afeto, então compreendemos: tudo que deseja é proporcionar o maior nível de conhecimento e aprendizado que possamos ter. Fico feliz por nossos caminhos terem se cruzados, muito obrigada!

Agradeço às professoras doutoras Maria Carmelita Yazbek e Sandra Paulino pelas valiosas contribuições, por ocasião do exame de qualificação.

Agradeço à todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC/SP, em especial às professoras doutoras Dirce Koga, Aldaíza Sposati, Marta Campos, Maria Carmelita Yazbek, Maria Lucia Rodrigues, Maria Lucia Martinelli. E ao professor Drº Marcos T. Masetto. As contribuições de vocês foram fundamentais nesse processo.

Agradeço a todos/as os/as participantes do NEMES, foi enriquecedora a experiência com vocês, em especial a minha amiga Perla. Um grande presente que ganhei nessa vida foi a sua amizade e a levarei para sempre na minha vida. Muito obrigada por todo apoio, carinho e incentivo.

Agradeço à todos os amigos que fiz na PUC/SP, vocês deixaram os meus dias menos cansativo, mais leves e alegres. Em especial à Paulinha, Carla, Marília, Juliana, Estefani, Bia, Liane e Douglas.

Agradeço à assistente de coordenação, Andreia Fazekas Canhetti, por toda doçura e atenção.

Agradeço a todos os envolvidos na minha pesquisa: os adolescentes, as assistentes sociais e toda a equipe dos Creas de Campos dos Goytacazes.

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

CAPES- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CBCISS – Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais

CFESS- Conselho Federal de Serviço Social

COC- Centro de Observação Criminológica

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado em Assistência Social

DEGASE- Departamento Geral de Ações Socioeducativas

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

ENPESS- Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LA – Liberdade Assistida

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

MSE – Medida Socioeducativa

NOB/SUAS- Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social

OEA - Organização dos Estados Americanos

ONG - Organização Não Governamental

OSC – Organização da Sociedade Civil

PIA – Plano Individual de Atendimento

PIB – Produto Interno Bruto

PIT- Plano Individual de Tratamento

PLC- Projeto de Lei Da Câmara

PSC – Prestação de Serviços à Comunidade

PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

UBS – Unidade Básica de Saúde

UFF – Universidade Federal Fluminense

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para Infância

“Você deve acreditar que o mundo à sua volta não é algo ‘dado’ e definido, que é possível transformá-lo e que você mesmo pode ser alterado ao se dedicar à tarefa de mudá-lo.”

(Zygmunt Bauman)

RESUMO

Este estudo tem como objetivo compreender e analisar a dimensão educacional no Serviço Social. Consideramos como suporte de pesquisa a experiência de assistentes sociais que trabalham com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto. Partimos do pressuposto de que a dimensão educacional é constitutiva da profissão, embora essa perspectiva não seja claramente incorporada pelos assistentes sociais. As bases de orientação da profissão, tanto em seu projeto ético-político como em suas diretrizes, quando propõem a preservação dos direitos sociais e a cidadania dos usuários, suscitam ações críticas e reflexivas capazes de transformar a realidade, projetando, dessa forma, um caminho de autonomia e de esperança, especialmente aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com análises que resultaram de entrevistas com as assistentes sociais dos Centros de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), do município de Campos dos Goytacazes/RJ. Realizamos, ainda, um grupo de reflexão com os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, com o propósito de refletir sobre o atendimento prestado a essa população.

Palavras chave: Dimensão educacional; Serviço Social; Medida socioeducativa em meio aberto.

ABSTRACT

This study aims to understand and analyze the educational dimension in the Social Service. We considered as a research support the experience of social workers working with adolescents in compliance with socio-educational measures in the open. We start from the assumption that the educational dimension is constitutive of the profession, although this perspective is not clearly incorporated by the social workers. The bases of orientation of the profession, both in its ethical-political project and in its guidelines, when proposing the preservation of social rights and citizenship of users, elicit critical and reflexive actions capable of transforming reality, thus projecting a path of autonomy and hope, especially, to the adolescents in compliance with socio-educational measures. This is a qualitative research with analysis that resulted from interviews with the social workers of the Reference Centers Specialized in Social Assistance (CREAS), in Campos dos Goytacazes/RJ city. It has been also carried out a reflection group with adolescents in compliance with socio-educational measures in the open with the purpose of reflecting on the treatment provided to this population.

Keywords: Educational dimension; Social Service; Socio-educational measure in the open.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. SERVIÇO SOCIAL E SUA DIMENSÃO EDUCACIONAL	19
1.1 A natureza educacional do Serviço Social.....	19
1.2 Tendências e desafios para o Serviço Social no campo da educação ...	29
2. MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS NO ENREDO DA VIDA DOS ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI.....	32
3. A PESQUISA EM MOVIMENTO	43
3.1 Análise e interpretação	47
3.1.1 A dinâmica de trabalho do assistente social com adolescentes	48
3.1.2 Aspectos significativos do trabalho.....	53
3.1.3 A dimensão educacional no âmbito da profissão e formação dos assistentes sociais.....	54
3.2 Grupo de reflexão	58
3.2.1 Primeiro momento: os trabalhos individuais	60
3.2.2 Segundo momento: o trabalho coletivo	63
CONSIDERAÇÕES FINAIS	66
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	70

INTRODUÇÃO

O interesse pelo tema surgiu a partir da nossa experiência de estágio e do trabalho na área de medida socioeducativa em meio aberto. A natureza pedagógica das medidas socioeducativas motivou a confecção do trabalho de conclusão de curso da graduação em Serviço Social, sobre o tema: “Adolescentes em conflito com a lei: um estudo sobre o caráter pedagógico das medidas socioeducativas – serviço social e prática profissional”. Esse trabalho foi fruto de uma pesquisa com assistentes sociais do Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) e de uma Organização Não Governamental (ONG) em Campos dos Goytacazes/ RJ.

Naquela oportunidade, realizamos entrevistas com as assistentes sociais das instituições referidas e observamos que existiam muitas dificuldades dos profissionais em identificar a dimensão pedagógico/educativa da profissão, revelando, assim, uma contradição que fomentou esta proposta investigativa.

Aos profissionais de Serviço Social dos CREAS, cabe-lhes o trabalho de atendimento e acompanhamento dos adolescentes em conflito com a lei que se encontram em medidas socioeducativas. Desde a Constituição de 1988, também considerada Constituição Cidadã, e com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, conta-se com dispositivos para o desenvolvimento de políticas protetivas dirigidas aos jovens em conflitos com a lei:

[...] ainda que os adolescentes se encontrem sujeitos a todas as consequências dos seus atos infracionais, não são passíveis de responsabilização penal. Cabe-lhes, nesses casos, medidas socioeducativas, cujo objetivo é menos a punição e mais a tentativa de reinserção social, de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. (Francischini e Campos, 2005, p. 268).

Estas medidas comportam um caráter pedagógico e educacional, que vai exigir do assistente social um conhecimento mais objetivo para trabalhar com os adolescentes. Ainda que as práticas sociais desenvolvidas na esfera pública sejam marcadas por pouca efetividade do Estado, cabe aos profissionais que atuam com

esses jovens conhecer a importância da natureza educativa da profissão, uma vez que seu desconhecimento pode interferir diretamente na qualidade e nos resultados do seu trabalho.

Nesse sentido, a proposta apresentada consiste em analisar a dimensão educacional da profissão, sua natureza educativa, e abordá-la no contexto das medidas socieducativas em meio aberto, a partir da pesquisa de campo realizada nos CREAS de Campos dos Goytacazes/RJ. É propósito, assim, oferecer maiores subsídios teóricos, consubstanciados pelas práticas profissionais realizadas neste campo.

Para termos uma noção mais clara das produções a respeito do tema, realizamos, inicialmente, um levantamento bibliográfico através das primeiras revistas do Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais – CBCISS (1957) -, das revistas Serviço Social e Sociedade, de livros e artigos científicos publicados em eventos do Serviço Social, com o objetivo de verificar nos temários apresentados a presença da dimensão educacional no Serviço Social.

Fizemos também, um levantamento no banco de dados da biblioteca da PUC-SP, das dissertações e teses defendidas nos últimos 10 anos. Dentre as 20 dissertações e 4 teses, apenas a tese intitulada “A dimensão educativa no trabalho profissional do assistente social no S.U.A.S.: a realidade de Santos, SP”, de Luziene Aparecida da Luz, traz como tema central a dimensão educativa do trabalho do assistente social. Do estudo que realizamos no site do Oasisbr, que filtra todas as publicações científicas do Brasil, apareceram 9 trabalhos que mencionavam a dimensão educativa do Serviço Social. Nos últimos 10 anos de realização do Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social – ENPESS -, encontramos 17 trabalhos que se reportavam à educação em Serviço Social, apresentados na Tabela 1.

Tabela 1: A dimensão educativa do/no Serviço Social – ENPESS (2010-2018)

Título/ Ano	Autor/a	Objetivos
Qualificação da força de trabalho: a educação permanente como estratégia (2010)	Marcio Eduardo Brotto	Este estudo aborda a qualificação da força de trabalho, tomando por base a reorganização dos espaços de intervenção profissional e, por conseguinte, o debate sobre o deslocamento de

		ações pedagógicas para o espaço de realização do trabalho - onde a educação permanente aparece como mediadora.
Serviço Social e Educação Popular (2010)	Luiz Agostinho Baldi	Numa reflexão sobre as contradições que particularizam o fazer profissional e as possibilidades que existem em meio a estas contradições, apontamos a educação popular como possível estratégia interventiva para mobilizar e conscientizar os trabalhadores que são alvo da intervenção profissional.
Educação Popular: uma temática relevante para o trabalho e a formação profissional do assistente social (2010)	Aline Maria Batista Machado	O presente texto tem como objetivo principal retomar o debate acerca da Educação Popular enquanto temática relevante para o trabalho e a formação profissional do assistente social.
A articulação do Serviço Social com a Educação Popular no Brasil: resultados parciais acerca dessa produção teórica entre os anos de 1980 e 2010 (2012)	Aline Maria Batista Machado, Aline Vieira Kiss, Daniela Ninfa de Lima Sousa, Elaiilla Andrius de Moraes Soares, Elisabete de Medeiros Santo.	O objetivo da investigação é realizar um estudo acerca da produção teórica em nível nacional que articula o Serviço Social a temática da Educação Popular entre os anos de 1980 e 2010. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, cuja abordagem de tipo quali-quantitativa toma como procedimento de análise a técnica análise de conteúdo. De modo geral, os resultados estão revelando que a maioria das produções teóricas que articula serviço social ao tema da educação popular advém de mulheres, porém, tal produção tem se mostrado incipiente, visto que até o momento só encontramos 23 produções.
Serviço Social e educação: limites e desafios para o rompimento com a lógica do capital (2012)	Regiane de Carvalho dos Santos Silva, Cacildo Teixeira de Carvalho Neto, Valquiria Alves Mariano, Luana Braga	O Serviço Social e a interface com a educação vêm ganhando destaque nos debates realizados no interior da categoria profissional, em que o assistente social já atua na educação em alguns estados. Essa pesquisa visa identificar as perspectivas de atuação do assistente social junto às políticas sociais de educação no Brasil, com enfoque para educação escolar, identificando sua contribuição para integração da família e comunidade com a escola. Valem-nos da pesquisa exploratória, com sustentação teórica apoiada na revisão de literatura, e pesquisa documental.
Dimensão educativa do Serviço Social e dimensão técnico-operativa: desafios e possibilidades no	Helena de Paiva Ligabue	O artigo pretende analisar a relação das dimensões técnico-operativa do Serviço Social e da dimensão educativa na prática profissional do assistente social. Aponta-se que a dimensão técnico-operativa necessita ocupar seu devido espaço nas discussões

trabalho profissional (2014)		referentes ao exercício profissional, em uma análise de suas particularidades e em sua relação com as outras dimensões as quais são inerentes. Tal discussão é acrescida com a dimensão educativa, pois compreende-se que a mesma traz elementos importantes para a prática profissional e para a instrumentalidade do serviço social, devendo ser melhor desvendada e apropriada pela categoria, em uma perspectiva voltada à emancipação humana.
Supervisão de estágio em Serviço Social: dimensões educativa, identidade e autonomia em pauta! (2014)	Lesliane Caputi	As reflexões aqui tecidas trazem em cena mediações do processo de supervisão de estágio em Serviço Social, configurando-se nas dimensões educativa, de identidade e autonomia profissional.
Assanhando formigueiro - As contribuições da dimensão pedagógica do assistente social para o fortalecimento político dos Conselhos Locais de Saúde de Juiz de Fora, Minas Gerais (2014)	Maiara Batista e Maiara Carvalho	Este estudo objetiva refletir acerca da dimensão pedagógica, assim como da instrumentalidade utilizada para sua materialização, na assessoria do Serviço Social aos Conselhos Locais de Saúde, no município de Juiz de Fora – MG.
Serviço Social, Educação Popular e do Campo: uma interlocução necessária. (2016)	Raimunda Creuliane Ferreira Fernandes. Jose Filho Araujo Santos	A reflexão que ora se apresenta, busca discutir a relevância da educação popular nos processos de organização, mobilização e articulação da classe trabalhadora no acampamento de demandas e questões concernentes as necessidades presentes e manifestas na realidade dos sujeitos coletivos. Com isto, traz a contribuição da reflexão da educação do campo, como espaço de formação dos camponeses para a defesa e luta do campo como espaço de vida e possibilidades, sustentado na experiência das Escolas do Campo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Estado do Ceará. A partir disso, lança luzes da importância deste movimento político e pedagógico na realização dos direitos, na direção social pretendida pelo projeto ético-político e na luta pela emancipação humana.
Formação em Serviço Social: articulação com sua dimensão pedagógica (2016)	Rodrigo Eduardo Zambom, Carolina Fávaro, Ana Carolina Tavares e Mileni Alves Secon	O artigo que ora apresentamos, revela a dimensão pedagógica do trabalho do assistente social na formação profissional. Neste buscamos compreender a forma como a educação é apropriada na formação acadêmica, e como sua dimensão pedagógica se relaciona com o projeto ético-político na defesa intransigente por direitos e por justiça social.

O papel da educação na construção de uma sociedade igualitária (2016)	Aline Muras De Oliveira Pino	A educação institucionalizada, em seu sentido amplo, pode colaborar na formação de consciência dos sujeitos sobre os processos de transformação da sociedade em que vivemos. Pensar a educação nessa perspectiva é objetivo do nosso artigo, que se propõe a oferecer subsídios para a compreensão de que a transformação da educação está vinculada a transformação da sociedade. Assim, acreditamos que a metamorfose para outra sociabilidade passa pelas mudanças na estrutura educacional, tendo em vista que os processos educativos também fazem parte da luta de classes, ainda que não de forma exclusiva ou isolada.
Reflexões sobre o trabalho socioeducativo: o estado da arte como princípio (2016)	Juliana Alves Barbosa, Elisa Maria Andrade Brisola	O artigo é um recorte da dissertação de Mestrado cujo objetivo foi refletir sobre o significado do trabalho socioeducativo na Política de Assistência Social para os profissionais dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Apresenta-se no referido artigo o estado da arte da temática discutida. A abordagem foi qualitativa e como instrumento de coleta utilizou-se a revisão bibliográfica junto as fontes de dados dos sites de pesquisa acadêmica, como o Banco de dados de dissertações e teses da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de nível Superior (CAPES) e algumas revistas disponíveis na internet de maior repercussão para o Serviço Social.
O serviço social, a socioeducação e a arte: diferentes possibilidades de intervenção no trabalho do profissional assistente social (2018)	Rosane Terezinha Brasil Esbick	Neste contexto, falar em Direitos Humanos, vulnerabilidade e/ou risco social, adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa privados de liberdade, do Serviço Social e da função pedagógica do assistente social no interior da (des) organização da cultura atual, requer a constante atenção aos princípios específicos da profissão elencados no Código de Ética e a busca por possíveis formas de enfrentamento das situações que possibilitem uma condição emancipatória para o sujeito.
Educação, emancipação humana e o trabalho do assistente social na política de educação: relato de experiência (2018)	Bárbara Nobrega Simão	O artigo em questão se propõe a relacionar o trabalho do assistente social, em sua dimensão pedagógica, com a categoria de educação, a partir da compreensão desta no desenvolvimento histórico social e como um processo de auto constituição e formação do ser social, orientado pela tradição marxista.
O exercício profissional do assistente social na educação superior: a particularidade da dimensão educativa na assistência estudantil (2018)	Fabricia Dantas de Souza	A fim de problematizar sobre essa questão recorremos a eixos teóricos que subsidiam teoricamente a nossa discussão acerca da Política de Educação e a sua relação com o Serviço Social; as particularidades do processo de expansão do Ensino Superior no Brasil e as características da Política de Assistência Estudantil, bem como a

		dimensão educativa do exercício profissional do/a assistente social.
A contribuição do Serviço Social na educação: relato de experiência sobre cidadania no PRAEI, no IFPI, Campus Floriano (2018)	Jakelinne Lopes de Sousa Miranda, Patricia Teles de Alencar Sousa, Erika Aparecida de Araújo Borges, Lana Cristina Rodrigues do Nascimento	O presente trabalho tem por objetivo apresentar experiência de oficina socioeducativa realizada pelo Serviço Social com os alunos dos cursos técnicos de edificações e eletromecânica integrados ao médio no Programa de Acolhimento ao Estudante Ingressante (PRAEI) no Instituto Federal do Piauí (IFPI), Campus Floriano. A oficina “Cidadania Também Se Aprende Na Escola” teve por objetivo geral contribuir na formação de valores sociais que desenvolvam o senso crítico dos discentes numa perspectiva de inclusão social, de formação cidadã e emancipação dos sujeitos sociais. A atividade apresentou resultados positivos na contribuição reflexiva dos discentes quanto sua postura cidadã na escola.
A educação em direitos como instrumento de transformação social e concreção da cidadania (2018)	Roberto Inácio Barbosa Filho	O cenário de desigualdades sociais vivenciado no Brasil deve ser refletido de diversas maneiras. Diante de um Estado que atua por meio da lógica neoliberal, intervindo cada vez menos nas questões sociais, e deixando de lado a educação para cidadania, que permitiria um despertar emancipatório aos cidadãos, deve-se buscar medidas que permitam aos cidadãos hipossuficientes um mínimo de dignidade. E como possível contribuição para o cenário narrado, defende-se a educação em direitos como instrumento para superação do quadro de intensa alienação, permitindo aos envolvidos a compreensão e a possibilidade de questionamento, promovendo, assim, a transformação da realidade social.

Fonte: Elaborado pela autora.

A partir da pesquisa bibliográfica, observamos que o número de publicações em que a dimensão educacional é abordada como campo central de estudo é bastante reduzido; dos 17 artigos que encontramos nos últimos cinco de Enpess, apenas 5 abordavam a perspectiva educativa do Serviço Social: 4 apresentam a educação popular e o papel dos assistentes sociais; e 1 aborda a educação a partir da supervisão de estágio. Os demais falam sobre a educação como política, abordando sua importância para a formação de consciência dos sujeitos, colaborando com os processos de transformação da sociedade.

A dimensão educativa aparece também relacionada ao projeto ético-político, na defesa intransigente dos direitos sociais e justiça social, no exercício do trabalho a

favor da classe trabalhadora, e na construção coletiva de uma nova ordem societária. A dimensão educativa é relatada, em alguns artigos, como formação e conscientização da classe trabalhadora, nos processos de emancipação dos indivíduos.

O pressuposto de que a prática do Serviço Social é educativa, de que sua natureza é educacional, tem suporte nas diretrizes e no projeto ético-político do curso. A propositura em trabalhar com os usuários a acessibilidade aos direitos sociais e humanos, a cidadania, a emancipação, entre outras questões, está na esteira de um processo educacional, social e político contínuo.

No contexto destas reflexões, firmamos como objetivo deste estudo compreender e analisar a dimensão educacional do Serviço Social, na tentativa de identificar se é presente nas ações dos assistentes sociais, e se esses profissionais têm clareza dessa dimensão. Nesse contexto, buscamos compreender as medidas socioeducativas no enredo da vida dos adolescentes em conflito com a lei, e o olhar desses jovens para o trabalho dos assistentes sociais.

A pesquisa de campo ocorreu em dois momentos: o primeiro através de entrevistas aprofundadas com as assistentes sociais que trabalham em ação direta com os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa; e o segundo momento com a realização de um grupo de reflexão com os adolescentes que cumpriam regularmente a medida socioeducativa e participavam das reuniões de grupo com as assistentes sociais.

Organizamos o texto da dissertação da seguinte forma: no primeiro capítulo, surge alguma reflexão em torno do Serviço Social e sua dimensão educacional; no segundo capítulo, procuramos desenvolver um estudo sobre o contexto estrutural das medidas socioeducativas no enredo da vida dos adolescentes em conflito com a lei; e no terceiro capítulo nos dedicamos à pesquisa de campo, seguida da análise e interpretação dos resultados encontrados.

1. SERVIÇO SOCIAL E SUA DIMENSÃO EDUCACIONAL

“Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo.” (Paulo Freire)

1.1. A natureza educacional do Serviço Social

O serviço social é uma profissão inscrita na divisão sociotécnica do trabalho e tem como eixo principal responder às expressões da questão social, decorrentes das contradições entre o capital e trabalho, presentes na ordem social vigente. É uma profissão direcionada por seu projeto ético-político, cujos componentes fundamentais se estruturam no Código de Ética Profissional, Lei 8662/93, de 1993, e nas diretrizes curriculares de 1996. Trata-se de uma profissão eminentemente interventiva e de natureza educacional, social e política, que trabalha com as demandas inerentes às vulnerabilidades sociais¹, resultantes das sérias desigualdades provocadas pelo sistema capitalista.

A divisão sociotécnica do trabalho separou os produtores de conhecimentos dos interventores da realidade. Embora o Serviço Social não seja uma ciência, seus profissionais produzem conhecimentos a partir de suas práticas, de suas investigações, e os resultados destas ações transformam-se em suportes para uma intervenção que se pretende de qualidade na realidade com a qual o profissional trabalha. Para a intervenção profissional, o assistente social transita entre três

¹Segundo Castel (1997: p.26), “Vulnerabilidade social é uma zona intermediária instável, que conjuga a precariedade do trabalho e a fragilidade dos suportes de proximidade[...]”. Esse termo consegue captar situações intermediárias de riscos localizadas nos extremos, tanto na inclusão quanto na exclusão, dinamizando os estudos das desigualdades. “É a vulnerabilidade que alimenta a grande marginalidade ou a desfiliação” (Idem). Sposati (2009: p.34) afirma que: “A ideia de vulnerabilidade social indica uma predisposição à precarização, vitimização, agressão”.

dimensões que formam sua base epistêmica: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

A perspectiva teórico-metodológica refere-se especialmente aos conhecimentos fundamentais relativos ao social, à conjuntura e à correlação de forças existentes entre as dimensões sociais, políticas, econômicas e culturais, em que o profissional está inserido. As teorias e os caminhos metodológicos são condições para a ação, permitindo entender a essência e o movimento dos fatos, possibilitando a criação de estratégias de intervenção profissional.

A dimensão ético-política consiste no direcionamento da profissão. Não somos profissionais neutros e nosso trabalho, exercido em um campo em que há correlação de forças contraditórias, requer um posicionamento político-social definido e dirigido às classes subalternas.

Na dimensão técnico-operativa, o profissional precisa de conhecimentos relativos para a instrumentação necessária do agir profissional, criando estratégias e dispondo de habilidades técnicas capazes de corresponder às demandas dos usuários.

Essas dimensões orientam a prática profissional, articulando dialeticamente teoria e prática, contribuindo para uma ação crítica com propósitos transformadores. Quando pensamos em realizar uma ação, consideramos alguns conhecimentos, algumas estratégias, “certo número de cenários para a ação [...] que poderão ser modificados segundo as informações que aparecem no curso da ação e segundo os acasos que vão se suceder e perturbar a ação” (MORIN, 2005, p.79). “O campo da ação é muito aleatório, muito incerto. Ele nos impõe uma consciência bastante aguda dos acasos, derivas, bifurcações, e nos impõe a reflexão sobre sua própria complexidade” em sua globalidade. (MORIN, 2005, p.80).

O assistente social embasa suas ações a partir de movimentos críticos e reflexivos, tendo por suporte especialmente a teoria marxista, apoiado em algumas categorias analíticas, como a totalidade, a mediação, a negação, entre outras, que auxiliam nos estudos de natureza conjuntural e crítica da sociedade. Como profissão essencialmente interventiva, importa a formação de um pensamento crítico, considerado a partir de análises macroconjunturais explicativas sobre a realidade

social e o contexto de tal realidade, com o propósito de produzir ações capazes de viabilizar mudanças sociais.

O pressuposto de que a prática do Serviço Social é educativa e sua natureza educacional tem suporte nas diretrizes e no projeto ético-político do curso. A propositura em trabalhar com os usuários a acessibilidade aos direitos sociais e humanos, a cidadania, a emancipação, entre outras questões, está na esteira de um processo educacional, social e político contínuo.

Segundo Cunha (1999, p.284), a palavra “educação” é de origem latina (*educatio*), e significa “processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral [...]”. A educação é um processo de transformação e, através dela, abre-se um campo de possibilidades, de mediações analíticas críticas.

Como afirma Herbert Read (2001: p.6): “O objetivo da educação, portanto, só pode ser o de desenvolver, juntamente com a singularidade, a consciência social ou reciprocidade do indivíduo”. A educação, em um sentido amplo, é um processo de socialização que se dá desde o desenvolvimento embrionário, e esse processo vai se expandindo a partir das relações sociais e culturais estabelecidas entre os homens.

Paulo Freire (2015) nos ensina que a educação “é uma forma de intervenção no mundo”. Essa intervenção, para além dos ensinamentos e aprendizagens dos conteúdos, não implica de forma dialética e contraditória na reprodução da ideologia dominante e no seu desmascaramento. Para o autor, é:

Um erro decretá-la como tarefa apenas reprodutora da ideologia dominante como erro é tomá-la como uma força de desocultação da realidade, a atuar livremente, sem obstáculos e duras dificuldades. Erros que implicam diretamente visões defeituosas da história e da consciência. De um lado, a compreensão mecanicista da história que reduz a consciência a puro reflexo da materialidade, de outro, o subjetivismo idealista, que hipertrofia o papel da consciência no acontecer histórico. (p.96)

Tanto professores como assistentes sociais, no decorrer de suas práticas, tomam posições, decidem por determinadas direções e, numa perspectiva dialética, fomentam rupturas, escolhas.

Não posso ser professor a favor de quem quer que seja e a favor de não importa o quê. Não posso ser a favor simplesmente do homem ou da humanidade, frase de uma vaguidade demasiado contrastante com a concretude da prática educativa. Sou professor a favor da decência contra o despudor, a favor da liberdade contra o autoritarismo, da autoridade contra a

licenciosidade, da democracia contra a ditadura de direita ou de esquerda. Sou professor a favor da luta constante contra qualquer forma de discriminação, contra a dominação econômica dos indivíduos ou das classes sociais. Sou professor contra a ordem capitalista vigente que inventou esta aberração: miséria na fartura. Sou professor a favor da esperança que me anima apesar de tudo [...] (FREIRE, 2015, p.100)

Poderíamos, nessa citação, substituir o “professor” pelo “assistente social”, pois essas ideias compactuam diretamente com nossos propósitos e expressam o projeto ético-político profissional.

Todos esses aspectos são subjacentes à dimensão educacional da prática profissional do assistente social e, no entanto, este entendimento – a dimensão educativa e o que ela é e representa –, não parece claro na profissão.

As ações socioeducativas, apesar de amplamente reconhecidas como estruturantes do Serviço Social, no cotidiano do exercício profissional, são definidas, na melhor das hipóteses, apenas em relação à direção dada pelo projeto ético-político. Não é incomum, nessa situação, prevalecer certo pensamento mágico de que basta postular os pressupostos da autonomia, da emancipação e da participação para que as ações socioeducativas na perspectiva do projeto ético-político se autorrealizem. Na maioria das vezes, as ações socioeducativas são pouco decodificadas em relação às diferentes orientações teóricas sobre elas e ao próprio processo de sua realização [...] (MIOTO E LIMA, 2009, p.31)

A contribuição de Mioto e Lima expressa bem o que estamos indagando neste estudo e que pretendemos redimensionar para o exercício da prática profissional do assistente social. Em toda a ação/intervenção em Serviço Social está presente a dimensão socioeducativa. Esse termo,

É tomado como qualificador da ação, designando um campo de aprendizagem voltado para o desenvolvimento de habilidades, competências cognitivas e valores éticos, estéticos e políticos a fim de promover a capacidade de acessar e processar informações, a convivência em grupo e a participação na vida pública. Atentas à formação integral do cidadão de qualquer idade, associam conhecimento acadêmico, reconhecimento das tradições e inclusão social, com ênfase indiscutível na convivência. (ISAAC, 2007, p. 43)

As ações socioeducativas e pedagógicas estão relacionadas à educação (no Serviço Social por vezes considera-se como prática educativa), às formas de aprendizagens, através de reflexões, análises teóricas e práticas, produzindo conhecimentos e se materializando através de um processo de comunicação. Conforme ressalva Giaqueto (2015):

Qualquer que seja o espaço de atuação do assistente social, ele é um profissional que tem um papel essencial visto que exerce uma função

eminentemente educativa e organizativa, atuando com as classes trabalhadoras. (p. 17)

Nos estudos que estamos realizando no Serviço Social sobre as ações socioeducativas da profissão, observamos que essa preocupação não é recente, conforme mencionam autores clássicos e contemporâneos, tais como: Balbina Vieira, Helena Iracy Junqueira, Marina Maciel Abreu, Marilda Iamamoto, Maria Lucia Rodrigues, Maria Lúcia Martinelli, entre outros. Revendo a história do Serviço Social, percebemos que sua natureza educacional, mesmo vinculada às ações da Igreja Católica, inicialmente com lógica de “ajustamentos” dos indivíduos dentro da sociedade, apresentou como recurso para socialização a dimensão educacional.

A autora Vieira (1977) afirma que:

O Serviço Social possui uma função conscientizadora no desenvolvimento, ou de tomada de consciência da situação onde se encontra; é um processo educativo e promocional de aptidões e atitudes para o indivíduo, o grupo ou a comunidade a fim de assumir a responsabilidade de mudanças estruturais e promoção do bem-estar econômico e social (p.192).

Segundo Iamamoto (2014), os assistentes sociais exercem, nos seus variados campos de atuação, a função de um educador político:

[...] ao realizarem suas ações profissionais, seja ao nível das Secretarias de Governo, dos bairros, das instâncias de organização e mobilização da população, das organizações não-governamentais (ONG's), exercem a função de um educador político; um educador comprometido com uma política democrática ou um educador envolvido com a política dos 'donos do poder'. Mas é nesse campo atravessado por feixes de tensões que se trabalha e nele que são abertas inúmeras possibilidades ao exercício profissional. (p.79)

Entendemos que, no cotidiano profissional, o assistente social exerce a função sócio-política, porque na raiz de sua prática está o propósito educativo: prestar informações, orientações, conhecimentos (sobre direitos), conversar sobre os significados da emancipação social, da cidadania, das lutas de classes, etc.

Os atendimentos de caso, os plantões, as visitas domiciliares, entre outros, são funções atribuídas ao assistente social que não incidem apenas sobre o fator econômico, mas também nos fatores ideo-político-culturais, e, portanto, são essencialmente educativos. (GIAQUETO, 2015: p.19)

Silva (2006), também afirma que, historicamente, o assistente social:

[...] têm assumido essencialmente a função de prestador de serviços e de educador-organizador. [...] Em termos da ação educativa e organizativa, os assistentes sociais têm desenvolvido ações socializadoras ou têm atuado

como estimuladores da interferência popular na ação de democratização da sociedade e de politização das demandas sociais. (p.66)

Quando a autora aborda a inserção dos assistentes sociais no processo de políticas sociais e afirma que, a partir desse momento, assumem um papel de educador-organizador, pensamos em reforçar que a dimensão educacional não está somente em ações pontuais, mas na natureza da profissão.

Analisando os autores que estudaram o traçado educacional que sustenta o Serviço Social na sua historicidade, encontramos em Vieira (1977) o registro de pesquisas sobre os operários, realizadas na Europa de 1872 a 1879, e nos Estados Unidos em 1930, que revelam a influência da cultura e da educação na vida das pessoas.

Os estudiosos dos assuntos sociais daquele tempo acreditavam que para desencadear estes movimentos de ação social tornava-se necessário conhecer em profundidade as condições sociais. Tanto para estudá-las como para educar os moradores dos bairros deserdados. [...] Tais estudos e ideias influíram sobre o trabalho dos assistentes sociais da época junto às famílias [...] (p.73).

Mesmo nas denominadas protoformas do Serviço Social clássico, quando se mantinham em suas bases propostas de adaptação, amoldamento do sujeito no contexto da sociedade capitalista, a educação sempre esteve presente.

Segundo Junqueira (1980; p.19): “Se este homem oprimido é o que provoca a ação profissional, os objetivos do trabalho não serão outros senão a conscientização, politização, organização, mobilização e participação do indivíduo em busca da libertação”. A dimensão educacional do Serviço Social tem um papel fundamental nos processos de conscientização, politização, organização e mobilização. “Se o Serviço Social se torna inviável perde sua razão de ser...” (Idem: p.34)

Nas publicações das primeiras revistas do Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS), verificamos que a marca educacional está presente em bases teóricas, em relatos e experiências. Na revista de nº10 de 1966, a assistente social Amalia Martelli relata que o trabalho “é essencialmente educativo, cuja característica é a participação”. (p.24).

A revista de nº15 de 1967 apresenta o documento da III reunião do Grupo Regional Interamericano sobre Desenvolvimento de Comunidade², realizada nos países do cone sul do continente - Organização dos Estados Americanos (OEA) - , e esse documento afirma que: “Desenvolvimento de Comunidade, fundamentalmente, destina-se a ‘fazer pensar’, a criar, a decidir: parte do fortalecimento da educação do povo para dar-lhe condições de reflexão, opção e luta pela sua promoção.” (GONÇALVES, 1967, p.12)

Quando analisamos o movimento de reconceituação que marcou o período de 1960-1980, percebemos o início de avanços que irão equacionar mudanças metodológicas nos modos de intervenção, de pensamento, tentando libertar-se das concepções mais ligadas à Igreja, às orientações positivistas e funcionalistas. podemos considerar tal movimento como o primeiro de sistematização do conhecimento, reorganização metodológica, reconceituando o Serviço Social em outra direção social. Não foi possível, de imediato, uma total desvinculação das linhas de pensamento mais conservadoras, considerando o momento político e social brasileiro da época (1960/1970), mas foi um começo e um avanço.

Os encontros de 38 assistentes sociais em Araxá, no estado de Minas Gerais, em 1967, com o objetivo de teorizar sobre o Serviço Social face à realidade brasileira, e depois em 1970, em Teresópolis, marcam o “começo”³ do chamado Movimento de Reconceituação, com reflexões que resultaram em dois documentos conhecidos para o Serviço Social, denominados Documento de Araxá e Documento de Teresópolis.

Segundo Netto (2015), a perspectiva modernizadora foi a primeira fase nesse processo de renovação do Serviço Social brasileiro. “O Serviço Social, agente que intervém na dinâmica social [orienta-se] no sentido de levar as populações a tomarem consciência dos problemas sociais, contribuindo, também, para o estabelecimento de

²O desenvolvimento de comunidade no Brasil teve forte influência norte-americana. Defendia que a comunidade local deveria unir-se ao governo na busca da superação do subdesenvolvimento. “A comunidade deve contribuir com esta fórmula associativa, aceitando diversas condições, nem sempre explícitas, e que, por seu turno, implicam o reconhecimento da ordem social construída pelas classes proprietárias em seu próprio interesse” (CASTRO, 2011, p.148). Certamente, não é essa a proposta do Serviço Social, mas revela a contratendência da proposta que sustentamos na atualidade.

³ “Segundo boa parte dos analistas, o arranque do movimento ocorre no I Seminário Regional Latino-Americano de Serviço Social, realizado em Porto Alegre, em maio de 1965 com a presença de 415 participantes do Brasil, Argentina e Uruguai”. (LOPES, 1989 apud NETTO, 2015, p.192).

formas de integração popular no desenvolvimento do país”. (CBCISS,1986⁴ apud NETTO, 2015)

Um dos aspectos mais enfatizados no documento de Araxá (1967; p.32), no que tange ao conceito de Serviço Social, é a dimensão essencialmente educativa da profissão: “Conscientização, formação da consciência crítica, promoção humana, o homem como agente da própria história, etc.”. Assim, “O Serviço Social tem um objetivo de natureza educacional, socializado, democrático, que visa ao crescimento do indivíduo” (Documento de Araxá, p.33), e é, portanto, “[...] um processo metódico, tecnicamente conduzido, de intervenção na realidade humana, individual e comunitária, visando a desencadear um processo de capacitação que conduz o homem a uma realização individual da condição humana” (Idem).

O Documento de Araxá reconhece dois níveis da atuação profissional: micro e macroatuação. A primeira corresponde às ações mais diretas, enquanto a segunda envolve o nível da política e planejamento para o desenvolvimento. Contestaram que os assistentes sociais não poderiam ser meros executores de políticas sociais, mas deveriam ser capazes de formulá-las e geri-las. Netto (2015; p.227) afirma que “embora expressamente preocupado com uma anunciada ‘teorização do Serviço Social’, o Documento de Araxá não a enfrenta explicitamente”.

O assistente social precisava ser preparado para as novas demandas apresentadas, e o relatório do grupo de trabalho da pré-conferência internacional de Serviço Social⁵ em Tuusula, no ano de 1968, já demonstrava tal preocupação:

A leitura dos relatórios nacionais expressa a opinião de que, em nossos dias, o treinamento dos assistentes sociais, não os prepara adequadamente para uma atividade sempre em expansão. As razões são muitas, por ex: fatores culturais, históricos e políticos frequentemente impedem que assuntos relacionados com a situação atual sejam estudados; muitas Escolas de Serviço Social, consideradas, inicialmente, progressistas na introdução de novos métodos, agora tendem, no entanto, a se tornar mais ou menos conservadoras. Os assistentes sociais lidam com pessoas e estruturas. Sua eficiência dependerá do treinamento adequado recebido anteriormente à prática da profissão. (CBCISS, 1968, p.29)

⁴ CENTRO BRASILEIRO DE COOPERAÇÃO E INTERCÂMBIO DE SERVIÇOS SOCIAIS (CBCISS) *In*: Congresso Brasileiro de Serviço Social. Teorização do Serviço Social. Rio de Janeiro: Agir, 1986.

⁵XIV Conferência Internacional de Serviço Social, Bem Estar Social e Direitos Humanos ocorreu na cidade de Helsinque capital da Finlândia, em agosto de 1968. A pré-conferência ocorreu no mesmo mês e ano, porém na cidade de Tuusula- Finlândia.

Havia um grupo preocupado com a formação, com o treinamento dos assistentes sociais para saber como realizar o fazer profissional, quais caminhos metodológicos seguir. O Serviço Social precisava dar respostas às demandas apresentadas. Diante de um processo histórico de ditadura militar (1964-1985), a industrialização e o êxodo rural provocaram um aumento da população nos centros urbanos e, com isso, o aumento da violência, da miséria, entre outras. Derivado desse cenário, observamos que o Documento de Teresópolis (1970), diante da realidade brasileira da época, buscava uma pauta mais interventiva.

No Rio de Janeiro foram realizados os colóquios no Centro de Estudos de Sumaré (1978) e no Alto da Boa Vista (1984). Esses seminários ficaram conhecidos como uma reatualização do conservadorismo, “(...) as dimensões individuais e psicológicas ganhavam um relevo maior no jogo das relações sociais...” (Netto, 2015, p.260). Assim, a intenção de ruptura marca o terceiro momento do Movimento de Reconceituação, e foi refletida, principalmente, no método de Belo Horizonte - BH.

A perspectiva da intenção de ruptura deveria construir-se sobre bases quase inteiramente novas; esta era uma decorrência do seu projeto de romper substantivamente com o tradicionalismo e suas implicações teórico-metodológicas e prático-profissionais. (NETTO, 2015, p.318)

Essa perspectiva se manifestava em três momentos: sua emersão, a consolidação acadêmica, e o seu espraiamento pela categoria profissional. Esse terceiro momento foi tecido por jovens profissionais que se aproximavam da tradição marxista, através da militância político-partidária.

O encontro do Serviço Social com a perspectiva crítico-dialética deu-se por meio do filtro da prática político-partidária. Por meio dela muitas inquietudes foram transferidas da militância política para a prática profissional, estabelecendo-se frequentemente uma relação de identidade entre ambas, deixando de lado suas diferenças e, assim, impossibilitando a análise criteriosa de suas mútuas relações. (IAMAMOTO, 2014, p. 210)

Nem sempre a dimensão educacional do Serviço Social estará explícita, mas é sempre solicitada no exercício da prática, através do acompanhamento dos indivíduos, nos processos de reflexão realizados com os usuários, dos movimentos de reflexão partilhada com as populações. A preocupação educacional mantém-se com o propósito de galgar um novo patamar de relação, de consciência social sobre os direitos sociais da população, sua emancipação e seu exercício de cidadania.

Abreu (2004; p.66) traz uma contribuição interessante, quando afirma que o Serviço Social é uma profissão que tem caráter educativo associado a uma área de formação cultural, como parte constitutiva das relações de hegemonia.

Entende-se que a não-consideração do nexo orgânico que consubstancia a questão pedagógica nas relações sociais, isto é, a sua inscrição nos processos que mediatizam a racionalização da produção e do trabalho e a organização da cultura, conduz a uma visão dessas relações esvaziadas das suas determinações histórico-políticas. Isto reforça a mistificação do significado dos processos pedagógicos na luta pela hegemonia na sociedade e contribui para o fortalecimento da cultura dominante.

Para a autora, é significativa a “[...] contribuição para o fortalecimento e avanço de processos e lutas que favoreçam a ultrapassagem das conquistas da classe trabalhadora dos limites históricos do Estado de bem-estar...” (Idem; p.68)

Os assistentes sociais estão inseridos em um sistema capitalista, em que há uma relação de forças contrárias, revelando campos de tensão para o seu trabalho. O caráter pedagógico da prática profissional tem por solo práticas (ações socioeducativas) que fortaleçam o projeto profissional e sigam na direção da emancipação humana: “[...] a função pedagógica do assistente social voltada à emancipação das classes subalternas [...] tem sua sustentação sócio-histórica apoiada em um estreito arco de forças sociais organizadas” (IAMAMOTO, 2014; p.329). E, ainda:

[...] toda prática social concebida na perspectiva que estamos anunciando é verdadeiramente uma prática educativa: é a expressão concreta da possibilidade de trabalharmos com os sujeitos sociais na construção do seu real, de seu viver histórico. É uma prática que se despoja de visão assimétrica dos sujeitos com os quais trabalha e que se posiciona diante deles como cidadãos, como construtores de suas próprias vidas. É, portanto, prática do encontro, da possibilidade do diálogo, da construção partilhada. (MARTINELLI, 1995, p.145)

A natureza educativa da prática profissional se expressa no trabalho⁶ construído com os usuários, reconhecidos como sujeitos da sua própria história; na dinâmica da relação entre o assistente social e os usuários ou populações, as alternativas são criadas. Nos espaços da prática profissional educacional é importante

⁶“O trabalho é a atividade própria do ser humano, seja ela material intelectual ou artística. É por meio do trabalho que o homem se afirma como um ser que dá respostas prático-conscientes aos seus carecimentos, às suas necessidades. [...] Sendo o trabalho uma atividade prático-concreta e não só espiritual, opera mudanças tanto na matéria ou no objeto a ser transformado, quanto no sujeito, na subjetividade dos indivíduos, pois permite descobrir novas capacidades e qualidades humanas.” (IAMAMOTO, 2003, p.60)

realizar uma ação criativa e partilhada pelo sujeito, possibilitando alternativas que de fato transformem a vida daquele usuário, ou proporcionem caminhos de transformações. “Trata-se [...] de uma prática que parte de uma teleologia e que constrói, juntamente com a população usuária, mediações consistentes para atingi-la, articulando-se permanentemente às práticas concretas das classes sociais” (Martinelli, 1995, p.148). Portanto, é uma prática “que assume plenamente a sua vocação social e o seu compromisso político” (Idem). Embora o assistente social trabalhe com conflitos de interesses e nas mediações, sua luta será sempre a favor da classe trabalhadora, conforme postula o Código de Ética.

A dimensão educacional do Serviço Social é subjacente a todo exercício profissional do assistente social.

Senão uma utopia, podemos pensar que a dimensão educativa permite um caminho de esperança quando pretendemos uma sociedade mais justa, mais humana, quando insistimos na implantação de políticas públicas para acessibilidade aos sujeitos sociais, quando compreendemos que a autonomia e liberdade, conforme nos mostra Foucault, é da ordem da experiência ou de nossa própria prática.⁷

1.2. Tendências e desafios para o Serviço Social no campo da educação

O Serviço Social desempenha uma atividade crítica, reflexiva e inclusiva através da sua natureza educacional, sendo um dos motivos que fomentou a proposta do Projeto de Lei 060/2007, da Câmara (PLC), que dispõe sobre a inserção de assistentes sociais e psicólogos nas escolas públicas de educação básica.

No atual contexto brasileiro o sistema de ensino, além de se mostrar “insuficiente” no que se refere à quantidade de vagas para o atendimento dos alunos, tem também como grande desafio da “melhoria” de sua qualidade. As estatísticas têm demonstrado, que em algumas regiões do país 60% dos alunos que iniciam seus estudos não chegam a concluir a 8ª série do ensino fundamental, ou seja, não concluem a segunda etapa da educação básica. (CFESS, 2001, p.11)

As escolas brasileiras apresentam fragilidades, sendo necessária a implementação de políticas públicas no âmbito da educação, não apenas para analisar as questões do ensino, mas para observar como estão sendo absorvidas

⁷RODRIGUES, Maria Lucia. **Paradigmas Contemporâneos, Práticas Profissionais e Transdisciplinaridade I**: curso de [Colocar aqui qual o curso em que a aula foi ministrada], [Colocar aqui a instituição], [Ano]. Notas de aula.

pelos alunos, quais as maiores dificuldades, os motivos da evasão escolar, as dificuldades familiares para manutenção dos jovens nas escolas, entre outras, com o propósito de produzir medidas propositivas.

Os direitos das crianças e dos adolescentes têm sido violados, o que passa despercebido, pois falta um olhar investigativo para essa realidade. Os assistentes sociais são profissionais aptos a trabalhar com essas questões sociais, reconhecendo a complexidade da realidade dos sujeitos e atuando no fortalecimento da autonomia dos alunos e de seus familiares.

As escolas exercem um papel fundamental e desafiador responsabilizando-se pelo aprendizado, pelo conhecimento, procurando vincular a realidade social dos alunos ao contexto das relações sociais.

Levar ao conhecimento, neste sentido, visa a construção da autonomia intelectual dos estudantes, desenvolvendo capacidades de distinguir, relacionar, ter olhar crítico, formular juízos, assumir atitudes e tomar decisões, intelectuais e sociais. Não se trata de formatar mentes mas, sim, de propiciar construções cognitivas autorais e valores pessoais significativos socialmente, que permitam escolhas autônomas. (GATTI, 2019, p.4-5).

Certamente, este é um desafio que pode envolver outros profissionais para sua viabilização.

Jaume Carbonell Sebarroja (2016), apresenta uma proposta interessante, que pode servir de orientação para uma nova política sócio-educacional multiprofissional. Trata-se da aprendizagem-serviço, possivelmente afinada com os propósitos do Serviço Social.

A aprendizagem-serviço sustenta-se em dois grandes pilares: a educação em valores, a partir de situações problemáticas, enfrentando desafios desde a experiência direta por meio das ferramentas que oferece a inteligência moral; e a educação para cidadania, baseada na participação ativa, responsável, cooperativa e solidária, para contribuir na melhoria da qualidade de vida da sociedade. (p. 21)

Os assistentes sociais podem exercer funções educativas, críticas e reflexivas com os alunos, seus familiares e com a comunidade, promovendo a interação do espaço escolar com a realidade comunitária daqueles alunos. Através de visitas domiciliares e acompanhamento no território é possível ter uma visão mais ampla e profunda, para além do espaço escolar, conhecendo a realidade em que aqueles alunos estão inseridos, diminuindo a distância entre escola, comunidade e família.

Em seu cotidiano, o assistente social trabalha com diversas questões que impedem o crescimento escolar, como a ausência da família na vida educacional do aluno, a evasão escolar, o *bullying*, a violência, a droga, entre outras. Nessa perspectiva, o trabalho interdisciplinar contribui para as soluções dos problemas apresentados, bem como na prevenção deles. A relevância do Serviço Social na educação, ainda que seja uma tendência, pode complementar a educação de base e ensino médio na restauração dos vínculos sociais e da inclusão social, especialmente quando se fala de classes menos favorecidas. Muitos grupos ainda sofrem com a exclusão simbólica e real, sendo fundamental o trabalho de conscientização e mobilização para a compreensão, superação de preconceitos e discriminação, trabalhando na direção do fortalecimento de uma sociedade mais justa e igualitária, orientando os indivíduos para que se tornem sujeitos de sua própria história.

2. MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS NO ENREDO DA VIDA DOS ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI

O problema fundamental em relação aos direitos humanos, hoje, não é tanto o de justificá-los, mas o de protegê-los. Trata-se de um problema não filosófico, mas político. (Noberto Bobbio)

Para compreendermos as medidas socioeducativas no enredo da vida dos adolescentes em conflito com a lei, abordaremos neste capítulo, a legislação que os protegem e os responsabilizam pelos atos infracionais cometidos.

Atualmente, através de influências normativas internacionais, temos consolidado no Brasil um arcabouço de leis que asseguram os direitos das crianças e dos adolescentes, destinando para esse segmento proteção integral e prioridade absoluta, tanto no atendimento direto, quanto na formulação e implementação de políticas públicas.

Na década de 1980, o cenário político, impelido que era de forças democráticas, consolida um avanço de extrema importância no campo dos direitos, com a promulgação da Constituição Federal de 1988. Essa Constituição assegura para todos os cidadãos, inclusive para as crianças e adolescentes, um amplo espectro sobre os direitos sociais:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (BRASIL, 1988)

Dessa forma, os novos ares democráticos, impulsionados pelos movimentos sociais, marcaram significativamente a área da infância e da adolescência, colocando a criança e o adolescente como prioridades absoluta do Estado, da família e da sociedade em geral, conforme assegurado no artigo 227 da Carta Magna e,

posteriormente, reafirmado através do artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente⁸.

Art. 227 É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).

Na década de 1990, outro marco de grande valia no que se refere à criança e o adolescente foi a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069 de 1990. De acordo com a matéria da legislação, é considerado criança a pessoa de 0 a 12 anos de idade incompletos, e adolescente aqueles que possuem de 12 a 18 anos de idade incompletos.

Através dessa lei, são assegurados os direitos fundamentais⁹ à vida e à saúde para todas as crianças e adolescentes, preconizando a proteção integral desde a gestação até o desenvolvimento pleno. Tais direitos serão ofertados por meio de políticas públicas.

A matéria dessa legislação representou um salto qualitativo, ao passo que rompe totalmente com a Doutrina da Situação Irregular oficializada pelo Código de Menor de 1979 e, a partir de então, regulamenta e consolida a Doutrina da Proteção Integral, assegurando para esse segmento a proteção e o desenvolvimento integral.

Antes do Estatuto da Criança e do Adolescente, quando se falava em ato infracional se pensava em delinquência, pois as crianças e adolescentes que violavam o direito do Estado eram denominados delinquentes, menores infratores, "trombadinhas", ou seja, abandonavam o seu status de crianças ou adolescentes em formação, em processo de aprendizagem, para tornarem-se menores infratores.

⁸ "Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, e à convivência familiar e comunitária" (BRASIL, 1990).

⁹"Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade." (BRASIL,1990)

Assim, lhes era retirada a possibilidade de reconhecer o erro e seguir um novo caminho. Como explica Jesus:

Data da época do Código Mello Mattos o início da estigmatização do termo menor: como a legislação pretensamente corretiva alcançava apenas os adolescentes das famílias de baixa renda, estivessem eles abandonados, em conflito com a lei ou em situação de risco social, logo os menores deixaram de ser uma categoria de cidadão. Passaram, então por um processo que os reduziu à condição de objetos manipuláveis por seres superiores, ou maiores, de modo que a palavra menor incorporou definitivamente um juízo de valor negativo, atrelado à imagem das crianças e dos adolescentes sujos, maltrapilhos, supostamente malandros e perigosos, uma redução da condição humana. O menor era (e é) menos cidadão e mais coisa, de onde se diz que passou por um processo histórico de coisificação. (2006, p.40)

Nessa perspectiva, cabe salientar que o Estatuto da Criança e do Adolescente rompe com paradigmas que estigmatizavam as crianças e os adolescentes advindos de famílias pobres, considerados em “situação irregular”, denominados “menores”, submetidos à tutela e medidas judiciais do Estado. Nesse sentido, o Estado passa a adotar concepções e práticas pedagógicas até então nunca abarcadas por nenhuma legislação brasileira, concebendo jovens e adolescentes como “sujeitos de direitos”, respeitando sua “condição peculiar de desenvolvimento” como prioridade absoluta.

Os princípios constitucionais, que inspiraram o ECA, espelharam-se no direito internacional, especialmente, entre outras, nas seguintes normas da ONU: Declaração dos Direitos da Criança (1959); Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça da Infância e da Juventude (1985); e Diretrizes das Nações Unidas para a Prevenção da Delinquência Juvenil (1988) (SIMÕES, 2009, p.224).

Embora o ECA seja um avanço e, sem ele, possivelmente hoje a situação das crianças e adolescentes no Brasil estivesse muito pior, Rizzinni (2000) salienta que: “[...] como qualquer outra lei, apresenta contradições, avanços e retrocessos. E nunca irá satisfazer a todos os interesses. É algo novo vivo, em movimento sempre sujeito às pressões para constantes reformulações, em todos os tempos. (p. 7)

Hoje, é importante que seja efetivado na prática o que estabelece o ECA. Essa é uma grande questão, pois quando trabalhávamos¹⁰ com adolescentes em conflito com a lei, percebíamos que não tiveram e não tinham acesso a vários direitos garantidos por lei. A maioria não sabia ler ou escrever, não estavam matriculados¹¹

¹⁰A experiência a ser relatada ocorreu no período (2013 à 2016), em que trabalhamos com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, no Programa Educação e Arte, financiado pela prefeitura de Campos dos Goytacazes.

¹¹Alguns adolescentes, matriculados na rede pública municipal de ensino de Campos dos Goytacazes, cursavam um determinado ano escolar de acordo com a sua idade, mas não sabiam escrever e ler,

em escolas, não tinham acesso à saúde, cultura, lazer. Além de dificuldades financeiras, moravam¹² em territórios de riscos, com vínculos familiares¹³ muito fragilizados.

Em matéria de legislação, para os adolescentes autores de atos infracionais a Lei 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e regulamenta a execução das medidas socioeducativas, foi um avanço. Os atos infracionais são definidos no ECA, em seu artigo 103, como crime ou contravenção penal, sendo penalmente inimputáveis os menores de 18 anos; a responsabilização pela conduta descrita começa aos 12 anos.

Conforme a legislação brasileira, os adolescentes estão em período de formação, cabendo-lhes o cumprimento de medida socioeducativa, que pode ser: Advertência, Reparo ao Dano, Privação de Liberdade, Semiliberdade, Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade.

Nesse estudo, priorizou-se a medida socioeducativa em meio aberto: Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade, por constituir-se em referência aos objetivos desta pesquisa. As medidas socioeducativas em meio aberto têm caráter pedagógico, previsto nos artigos 117 e 118 do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990, s/p).

Art. 117. A prestação de serviços comunitários consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais.

Parágrafo único. As tarefas serão atribuídas conforme as aptidões do adolescente, devendo ser cumpridas durante jornada máxima de oito horas semanais, aos sábados, domingos e feriados ou em dias úteis, de modo a não prejudicar a frequência à escola ou à jornada normal de trabalho.

pois por alguns anos, na educação municipal, houve um processo de aprovação automática; assim, todos os alunos eram aprovados e passavam para o próximo ano escolar, independente do seu aprendizado. O resultado desse período conduziu muitos adolescentes para anos letivos avançados, mas com grande defasagem de aprendizado. Esse fato contribuiu fortemente para que os adolescentes se desmotivassem a continuar os estudos.

¹²A maioria dos adolescentes moravam em comunidades dominadas pelo tráfico de drogas, sem segurança e sem infraestrutura: em muitas comunidades não há rede de saneamento básico.

¹³Os adolescentes sempre apresentavam conflitos familiares; percebemos que todos os adolescentes que cumpriram a medida socioeducativa efetivamente tinham alguma presença, apoio ou acompanhamento de algum familiar. Constatamos a importância dessas pessoas na vida dos adolescentes, sendo esta rede familiar ampla e não necessariamente uma relação consanguínea. Por exemplo, um pastor da comunidade incentivou e acompanhou um adolescente para que cumprisse toda a MSE.

Art. 118. A Liberdade Assistida será adotada sempre que se afigurar a medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente.

§ 1º A autoridade designará pessoa capacitada para acompanhar o caso, a qual poderá ser recomendada por entidade ou programa de atendimento.

§ 2º A Liberdade Assistida será fixada pelo prazo mínimo de seis meses, podendo a qualquer tempo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, ouvido o orientador, o Ministério Público e o defensor.

Art. 119. Incumbe ao orientador, com o apoio e a supervisão da autoridade competente, a realização dos seguintes encargos, entre outros:

I - promover socialmente o adolescente e sua família, fornecendo-lhes orientação e inserindo-os, se necessário, em programa oficial ou comunitário de auxílio e assistência social;

II - supervisionar a frequência e o aproveitamento escolar do adolescente, promovendo, inclusive, sua matrícula;

III - diligenciar no sentido da profissionalização do adolescente e de sua inserção no mercado de trabalho;

IV - apresentar relatório do caso.

Esses artigos determinam a inserção dos adolescentes em conflito com a lei nas escolas, a orientação deles e de suas famílias e, no caso da Liberdade Assistida, a inserção em atividades profissionalizantes que, talvez, possam promover seu ingresso no mercado de trabalho. Na Prestação de Serviços à Comunidade, refere-se a algum serviço gratuito que o adolescente vai realizar, de acordo com as suas aptidões, e essas tarefas também devem trazer algum aprendizado para os adolescentes. Nessas atividades, é subjacente o caráter pedagógico das medidas socioeducativas em meio aberto.

Segundo Volpi (2015, p.29), a Prestação de Serviços à Comunidade terá mais efetividade na medida em que houver o acompanhamento adequado do adolescente pelo órgão executor, o apoio da entidade que o recebe, e a utilidade real da dimensão social do trabalho realizado, ou seja, as atividades devem ser dotadas de sentido pedagógico e social, de modo a favorecer a autorreflexão, a valoração e o aprendizado com os serviços prestados. Tal afirmativa ganha concretude quando se consegue reconhecer que a pedagogia está contida num processo de comunicação, resguardada pela dinamicidade de uma prática educativa que se autossustenta pela via do despertar da consciência investigativa desses adolescentes em conflito com a lei.

A condição peculiar de pessoa em desenvolvimento coloca aos agentes envolvidos na operacionalização das medidas socioeducativas a missão de proteger, no sentido de garantir o conjunto de direitos e educar oportunizando a inserção do adolescente na vida social. Esse processo se dá a partir de um conjunto de ações que propiciem a educação formal, profissionalização, saúde, lazer e demais direitos assegurados legalmente. (VOLPI, 2015, p.16)

As medidas socioeducativas são coercitivas, pela obrigatoriedade no cumprimento; porém, muitas vezes os profissionais executores¹⁴ da medida são quem impõem o caráter punitivo, quando não trabalham na perspectiva da viabilização e ampliação dos direitos, da cidadania, da educação, deixando, assim, perder-se o sentido real da medida socioeducativa.

As medidas socioeducativas comportam aspectos de natureza coercitiva, uma vez que são punitivas aos [adolescentes em conflito com a lei], e aspectos educativos no sentido da proteção integral e oportunização, e do acesso à formação e informação [...]. Os regimes socioeducativos devem constituir-se em condições que garanta o acesso do adolescente às oportunidades de superação de sua condição de exclusão, bem como de acesso à formação de valores positivos de participação na vida social. A operacionalização deve prever, obrigatoriamente, o envolvimento familiar e comunitário. (VOLPI, 2015, p.25)

A maioria dos adolescentes em conflito com a lei foi privada do acesso a vários direitos, ficando à margem e excluídos da sociedade, dos amigos, da família. A aplicação das medidas socioeducativas deve acontecer de forma articulada, dentro do contexto social, político e econômico em que o adolescente está inserido. O efeito da organização de políticas públicas dirigidas à criança e ao adolescente tem como horizonte preservar essa população e investir em seu futuro, contribuindo, assim, para a diminuição da prática de atos infracionais.

O artigo 3º parágrafo único do ECA preconiza que:

Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de

¹⁴No Centro de Socioeducação (CENSE) Professora Marlene Henrique Alves, em Campos dos Goytacazes-RJ, local em que adolescentes cumprem MSE de internação, ocorreram inúmeras denúncias de maus-tratos aos adolescentes, por parte dos agentes socioeducativos. No ano de 2014, foi relatado pela mãe de um adolescente que cumpria MSE em meio aberto que, quando o filho foi apreendido e ficou na internação pelo período de 45 dias (período máximo para aguardar o julgamento), presenciou muita violência por parte dos agentes socioeducativos. Havia o turno de um agente socioeducativo que era chamado de “Turno do Anderson Silva”, fazendo referência ao lutador brasileiro, pois o agente obrigava adolescentes de facções rivais a lutarem. Esses episódios continuam a acontecer, pois em julho de 2018 um agente socioeducativo denunciou o diretor do DEGASE (Departamento Geral de Ações Socioeducativas) por incitar violência entre os adolescentes internados contra outro adolescente de uma facção rival. Reportagem disponível em : <<https://www.jornalterceiravia.com.br/2019/01/29/diretor-do-degase-e-acusado-pelo-mp-por-incitar-violencia-entre-adolescentes/>> Acesso 03 de Fev. de 2019.

desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem.

O Estatuto iguala todas as crianças e adolescentes no plano jurídico; porém, há distanciamento entre o que está preconizado na lei e a realidade vivida. Embora existam o ECA e legislações relacionadas aos direitos dos adolescentes, por si só essas leis não são suficientes para superar a lógica de discriminação, violação e exclusão desses sujeitos.

De modo geral, uma grande parcela da população formada por crianças e adolescentes está exposta a uma situação de grande vulnerabilidade, considerando que se encontra numa fase de transição especial biopsicossocial, agravada pela situação de pobreza e violência, somando-se ainda à falta de participação e à ausência de atendimento específico, de política públicas voltadas para essa população; o que constitui como uma ameaça à própria sobrevivência, sua formação e sua perspectiva de futuro. (TOLEDO, 2007, p.37)

Com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente o termo menor foi abolido, e os adolescentes que cometem atos infracionais passam a ser denominados “adolescentes em conflito com a lei”. Mesmo abolido o termo “menor infrator”, muitas pessoas ainda o utilizam, mantendo o estigma e o preconceito. Trabalhar com esses jovens desconsiderando as antigas concepções continua sendo um entrave social, político e educacional; a sociedade tarda em observá-los como cidadãos¹⁵ e assumi-los como futuro. O não considerar esses adolescentes enquanto pessoas em desenvolvimento, mas julgá-los “menores infratores”, reforça que partidos políticos e outros segmentos sociais defendam a alteração da maioridade penal, de dezoito para dezesseis anos.

O sucesso do pânico moral em torno da criminalidade provém da cumplicidade estrutural entre o campo político, o midiático/jornalístico e as instituições penais. O combate ao crime é o grito de convergência de políticos de diferentes matizes, preocupados em tranquilizar as classes médias e brancas, assustadas com a insegurança das grandes cidades. De outra parte, a violência é o assunto predileto da mídia, espetáculo que conquista e mantém mercado a partir da fascinação mórbida da população. Agrega-se a estes dois segmentos os interesses corporativos e econômicos das instituições penais dos diferentes países. Todos concordam em ver o crime controlado como uma prioridade nacional, tendo como resultado a tendência à multiplicação de leis repressivas e a perda de garantias individuais e sociais. (COSTA, 2005, p.71)

¹⁵Não é a terminologia “menor” que estigmatiza, mas seu significado histórico de depreciação desses adolescentes.

O debate sobre a redução da maioridade penal com mudança no ECA é assunto em que a mídia comercial, aliada a determinados grupos políticos, influencia muito a população, como se isso pudesse diminuir a violência no país.

Muito embora a criminalidade seja socialmente desigual na sua distribuição, o crime e o medo do crime são hoje vividos como fatos da vida moderna, características do modo de vida dos nossos tempos. Vulgariza-se, portanto, a violência das relações sociais, naturaliza-se o crime e propaga-se, enquanto solução, o apelo à ampliação do sistema punitivo, ou mesmo da privatização das soluções por meio da autorização tácita da vingança privada. (COSTA, 2005, p.69)

Todavia, aqueles que defendem a redução da maioridade penal, acreditando que, assim, os adolescentes autores de atos infracionais serão punidos, muitas vezes desconhecem que o ECA não aponta só direitos, mas também deveres, tornando os adolescentes responsáveis pelos seus atos. Outro fato muitas vezes esquecido é o de que o ECA não foi implementado na sua totalidade; muitas ações e direitos não foram garantidos. Caso esses adolescentes tivessem tido acesso a todos os direitos estabelecidos pelo ECA, provavelmente muitos não teriam cometido outros atos infracionais.

A aplicação da medida socioeducativa nem sempre é implementada tal como prevista na lei. As instituições por vezes não oferecem profissionais capacitados para trabalhar com esse público, e não mantêm estrutura para uma ressocialização competente. Dessa forma, agrava-se mais a situação, facilitando a aproximação do adolescente ao mundo do crime, favorecendo atitudes de revolta. Como vivem em uma sociedade desigual e consumista, que valoriza o acesso aos bens materiais acima das relações pessoais, cria-se neles a necessidade de adquirir bens e produtos. Quando conseguem ocupação, na maioria são subempregos, por exemplo: vendedor de guloseimas no semáforo, catador de materiais recicláveis, sempre muito explorados, sem esperança de dar continuidade aos estudos. Entretanto, no mundo do crime são aceitos, têm oportunidades de ganhar dinheiro e se sustentar, fazendo com que muitos entrem nessa vida, mesmo sabendo dos riscos que ela oferece.

Especialistas, como Bocato (2014), afirmam que os adolescentes primeiro cometem atos infracionais mais leves, e depois vão aumentando a gravidade. Se houvesse uma política social afirmativa, para que as medidas fossem aplicadas corretamente na prática e o caráter pedagógico fosse trabalhado na sua concretude,

visando uma educação para exercício da cidadania e que pudesse contribuir para a construção do projeto de vida dos adolescentes, eles poderiam chegar à liberdade.

Segundo Schmidt (2014, p.8), os dados do Mapa da Violência mostram que são os jovens os que mais morrem de forma violenta no país. Os motivos não são desconhecidos, mas falta ao poder público vontade política e investimento em políticas preventivas, protetivas e educacionais para executar projetos de assistência social.

A Tabela 2, abaixo, foi retirada do site do IPEA, e mostra a taxa de óbitos por homicídios, separados por faixa etária, no Brasil, em 2015.

Tabela 2: Taxa de óbitos por homicídio, por faixa etária – Brasil, 2015

Faixa etária =	10 a 14	15 a 19	20 a 24	25 a 29	30 a 34	35 a 39	40 a 44	45 a 49	50 a 54	55 a 59	60 a 64	65 a 69	Total
Masculino	17,5%	53,8%	49,9%	40,8%	31,5%	21,6%	13,5%	7,5%	4,4%	2,3%	1,4%	0,8%	7,7%
Feminino	6,1%	14,9%	13,0%	10,6%	8,0%	5,1%	3,0%	1,7%	0,8%	0,4%	0,3%	0,2%	0,8%
Total	13,2%	46,8%	43,7%	34,6%	25,4%	16,6%	10,0%	5,5%	3,1%	1,6%	0,9%	0,6%	4,7%

Fonte: MS/SVS/CGIAE – Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM.

*Considerando as agressões e intervenções legais. Não se levou em conta os óbitos com cujo sexo da vítima era ignorado. Elaboração Diest/IPEA.

A proporção de jovens entre 15 e 19 anos de idade que morrem é muito maior do que as demais faixas etárias. Ademais, de maneira geral, os homens morrem mais que as mulheres. “Dados estatais sobre criminalidade apontam que se vem reproduzindo um verdadeiro “genocídio social”, onde as maiores vítimas são jovens pobres, mais especificamente do sexo masculino, na faixa etária de dezesseis a dezoito anos” (COSTA, 2005, p.76).

O que se pretende problematizar é que a falta de políticas de profissionalização para jovens, de atividades artísticas, esportivas, educacionais, entre outras, expõe nossos jovens às mais cruéis condições de vida. Isso em vista, pode-se dizer que a redução da maioridade penal não reduzirá a violência no país. A influência da mídia e de determinados seguimentos políticos é uma forma de desresponsabilizar o Estado, fazer com que as pessoas busquem por “soluções” imediatas e não enxerguem o real problema¹⁶. A grande maioria dos adolescentes em conflito com a lei têm seus direitos

¹⁶A redução da maioridade penal não é uma tendência internacional, muito pelo contrário, dados da Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância) comprovam que de 53 países, não contando com o

violados, são de origem pobre, negros, vivem em periferias, sem acesso à educação de qualidade, saúde, lazer, ou seja, sem atenção e proteção do Estado e da sociedade.

Encarcerar esses adolescentes com adultos só vai torná-los cruéis mais cedo, além de tirar a possibilidade de esses seguirem uma vida longe do crime, aumentando o número de reincidências e piorando ainda mais o fracassado sistema carcerário brasileiro¹⁷. A reincidência nas prisões brasileiras, segundo Betto (2014, s.p.), é de cerca de 70%, enquanto nas medidas socioeducativas os casos de reincidência são de 20%.

O caráter pedagógico das medidas socioeducativas repercute na vida dos adolescentes, na medida em que o programa de atividade possa lhe trazer envolvimento e aprendizagem. Com o conhecimento adquirido, esses indivíduos podem desenvolver consciência crítica e refletir sobre a possibilidade de construir novos caminhos, pois a pedagogia que está implementada nas medidas pode trazer novas oportunidades e ser capaz de promover mudanças.

A medida socioeducativa prevê uma intervenção que supere o conflito que o adolescente venha a ter com a lei, a partir de uma ação que envolva a família e a comunidade em que esse adolescente está inserido. Ademais, é incentivado o ingresso no mercado de trabalho, para que esse sujeito tenha plena possibilidade de desenvolvimento, além de um novo motivo de vida. Como afirma o autor Marcos Bandeira (2018, p.12):

As medidas socioeducativas, portanto, devem pautar-se fundamentalmente na ação pedagógica de mecanismos de inclusão social, que sejam capazes de introjetar no jovem ainda em formação de valores que penetrem na sua centelha divina, aumentando a sua auto-estima, ampliando os seus horizontes, e sua condição de sonhar com a grande possibilidade que é a vida. Sonhar que é capaz de ser respeitado e capaz de desenvolver todas as suas potencialidades que ficam esquecidas diante da vida dura e desumana que o fez esquecer de 'ser' e o obrigou a lutar para sobreviver.

Brasil, 42 adotam a maioridade penal a partir dos 18 anos ou mais. Há países, como Espanha e Alemanha, que já reduziram a maioridade penal abaixo dos 18 anos de idade e constataram que não resolve a situação, surtindo efeito contrário; por isso, alteraram novamente para 18 anos ou mais a maioridade penal

¹⁷Segundo a fonte: CAULYT, Fernando. Brasil terceira maior população carcerária do mundo, aprisiona cada vez mais. **Carta Capital**, 2018. Disponível em :<<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/brasil-terceira-maior-populacao-carceraria-aprisona-cada-vez-mais/>> Acesso em: 16 Jun 2019.

A função do Serviço Social com os adolescentes em conflito com a lei é extremamente importante, pois através do trabalho que os/as assistentes sociais desenvolvem, esses adolescentes são motivados a refletir, projetar seu futuro, e voltar a ter esperança.

3. A PESQUISA EM MOVIMENTO

Não, não tenho um caminho novo, o que tenho de novo é o jeito de caminhar. (Thiago de Mello)

A pesquisa é um processo sistemático para a construção do conhecimento humano e contribui para ações críticas e transformadoras. A partir de nossas inquietações sobre a realidade social, inicia-se o processo investigativo. O que sempre indagamos no Serviço Social foi a dimensão educacional do trabalho dos assistentes sociais. Compreender essa dimensão, inclusive como caminho de esperança para ações transformadoras, verificar se é presente em nosso trabalho e de que forma, se compreendemos a educação como constitutiva da profissão e se essa dimensão é clara para o profissional são nossas indagações.

Para obtermos informações de forma mais detalhada, optamos pela realização de uma pesquisa de natureza qualitativa e crítica uma vez que nos

[...] fornece os dados básicos para o desenvolvimento e a compreensão das relações entre os atores sociais e sua situação. O objetivo é uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivação, em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos. (GASKELL, 2002, p.65)

Realizamos a investigação nos Centros de Referência Especializado em Assistência Social – CREAS, no município de Campos dos Goytacazes. Fizemos uma análise do território onde ocorreu a pesquisa, utilizando dados coletados pelo site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para subsidiar esta investigação.

O município de Campos dos Goytacazes é o mais populoso do interior do estado do Rio de Janeiro e o maior em extensão territorial; possui um IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) de 0,716, considerado alto, e possui 587.975 habitantes, sendo 284.960 homens e 303.015 mulheres. A maior parte da população reside na área urbana, que conta com um total de 503.946 habitantes, enquanto na área rural são 84.029 habitantes, de acordo com os dados do IBGE, censo 2010.

Campos dos Goytacazes sempre recebeu muitos recursos provenientes dos *royalties* de petróleo, mantendo, assim, o seu PIB (Produto Interno Bruto) elevado, com R\$ 58.011.293, ocupando o 9º posição no ranking do Brasil (IBGE/2014). Porém, esses dados não podem servir de parâmetros para analisar a infraestrutura da cidade e a realidade social dos habitantes. Embora recebesse muitos recursos antes da divisão dos *royalties* com todos os municípios brasileiros, por conta de interesses político-partidários esses recursos sempre foram mal utilizados.

No município de Campos dos Goytacazes existem 12 CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), divididos entre os territórios com maiores vulnerabilidades sociais. Existem, também, três CREAS (Centro de Referência Especializado em Assistência Social), de acordo com o território dos CRAS. Os bairros com maiores vulnerabilidades sociais foram designados por critérios geográficos (mais próximos), para assim serem definidos os bairros que serão abrangidos pelos CREAS.

Quadro 1: Distribuição dos bairros atendidos pelos CREAS em Campo dos Goytacazes.

CREAS	BAIRROS
I	P. Guarus; P. Lebret; P. São Matheus; P. São José; P. Cidade de Luz; P. Santa Helena; P. Fundão; P. Aldeia; Sapucaia; P. Boa Vista; Três Vendas; P. Eldorado; P. Ceasa; Jardim Aeroporto; J. Residencial; J. Boa Vista; Novo Eldorado; P. S. Edwiges; P. São Silvestre; Terra Prometida; Vila Industrial; Codin; Jardim Carioca; P. Vicente Dias; P. Prazeres; P. santo Antônio; P. Alvorada, P. Rio Branco; P. Presidente Vargas; P. Zuza Mota; Residencial Lapa; Madureira; Usina São João; Travessão; KM8;KM13;Balança Rangel; Santa Ana; Bel Vista; Guandu; Nova Canaã; Lagoa das Pedras; R. do Amaro; P.V. Alegre.

II	Matadouro; Tira-Gosto; Lapa; P. Califórnia; Horto; Martins Lage; Campo Novo; Barcelos; Cambaíba; Penha; Fazendinha; Vila Manhães; P. Imperial; Novo Jockey; Jockey; Tarcísio Miranda; Turf Club; Venda Nova; Bela Vista; tropical; Flamboyant; Flamboyant-II; Estância Da Penha; Solar da Penha; Vivenda dos Coqueiros; Donana; São Sebastião; Boa Vista; Lagamar; Canal das Flexas; Poço Gordo; Ponta Grossa; Mineiros; Babosa; P. coqueiro; Alto do Eliseu; Marcelo; Bela Vista; Aroeira; Campo de São Bento; Baixa Grande; Camboio; Campo Limpo; Farol; Terminal Pesqueiro; Mussurepe; Saturnino Braga; Marrecas; Correnteza; Retiro; Olhos d`agua; Córrego de engenho; Baixa Grande; Santo Amaro; Tocos; Farolzinho; P. saraiva; Alto da Areia; Beira do Taí; campos Areia; São Martinho.
III	Nova Brasília; Pecuária; P. Esplanada; P. N.S. Rosário; P. Julião Nogueira; P. Leopoldina; P. Dom Bosco; P. São Caetano; Santa Cruz; Rio Preto; Morangaba; Santo Amaro; Recanto das Palmeiras; Corrientes; Nova Brasília; Tapera, Lagoa de Cima; Serrinha; Ponta da Lama; Dolores de Macabu; Tererê; Ururá; Ibitioca; Pernambuco; Quilombo; Macaco; Margem da Linha; Morro Grande; Pedra Negra; Guriru; IPS; P. Aurora; P. Rosário; João Maria; Rui Barbosa; João seixas; São Lino; São benedito; P. Maciel; Capão; Carvão; Chatuba; Conselheiro Josino; Vila Nova; Morro do Coco; Santa Maria; Santo Eduardo; Divida; Murundum; Santa Bárbara; Mata da Cruz; Esp. Santinho

Fonte: Coordenação de Média Complexidade da Secretaria de Assistência Social do município de Campos dos Goytacazes/RJ.

Segundo o IBGE, Campos dos Goytacazes possui uma população de 81.644 pessoas com faixa etária entre 10 a 18 anos incompletos. Fazendo uma análise pelos bairros, percebemos que o Parque Guarus é o mais populoso, com 12.820 habitantes, e desses, 1.862 estão na faixa entre 10 a 18 anos incompletos.

No quadro abaixo, comparamos as populações do Brasil, do Estado do Rio de Janeiro e do município de Campos dos Goytacazes, e constatamos que 14% dos jovens estão saindo da infância para a adolescência (de 12 a 18 anos incompletos).

Quadro 2- Comparativos das populações

Território	População Total	População 10 a 18 anos incompletos	% População
Brasileiro	190.755.799	27.524.635	14%
Rio de Janeiro	15.989.929	2.078.220	13%
Campos dos Goytacazes	587.975	81.644	14%

Fonte: Desenvolvido pela autora, baseado em dados do IBGE 2014.

O município de Campos dos Goytacazes possui 3 CREAS, denominados respectivamente como: CREAS I; CREASII e CREAS III. O CREAS II é o segundo maior em número de adolescentes em cumprimentos de MSE, o que motivou nossa escolha, além de sua acessibilidade. Esses CREAS atendem uma média de 153 adolescentes por mês, e dispõem de 3 assistentes sociais em cada um.

O CREAS I, localizado no bairro Parque Guarus, constatamos ser o local com maior número de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto. Embora os números possam variar, no período da pesquisa haviam cerca de 90 adolescentes.

No CREAS II eram 38 adolescentes e no CREAS III, 25 adolescentes. O CREAS I atende uma região muito populosa, com diversos conflitos, gerados principalmente pelo tráfico de drogas, pois congregam facções rivais disputando territórios. Os territórios dos demais CREAS são dominados por uma única facção, tornando-os menos conflitantes¹⁸.

Para obter as informações, optamos pela realização de entrevistas aprofundadas, denominação utilizada pela antropologia para instrumento que permite a construção da interação com os sujeitos e a manifestação de aspectos tanto objetivos quanto subjetivos (subjetividade). A relação interpessoal que se estabelece entre o pesquisador e o entrevistado favorece a reflexão analítica, como base de compreensão do contexto e do objeto em estudo.

As entrevistas com as assistentes sociais foram orientadas por alguns tópicos norteadores, desencadeadores das questões relativas ao objeto investigado. Para a escolha das participantes, adotamos como critério buscar aquelas profissionais que mantinham ação direta com os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto.

Outro instrumento utilizado foi o grupo de reflexão realizado com os adolescentes.

¹⁸Importante lembrar que o poder público tem conhecimento de onde o tráfico atua e sabe, também, que os adolescentes são disputados por facções. Entretanto, parece que as ações destas facções estão naturalizadas, uma vez que elas agem com liberdade, autoridade e segurança sobre as populações mais vulneráveis.

[...] Grupos de Reflexão com Adolescentes visam criar espaços de fala e de experiências compartilhadas para adolescentes através da realização de grupos de discussão em torno de questões e tensões que para eles se colocam, tendo em vista a nova relação com o social que se impõe na adolescência. (COUTINHO E ROCHA, 2007, p.71).

O grupo de reflexão como espaço de interação permite fazer emergir os significados das ações das assistentes sociais nas vidas dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativas em meio aberto no CREAS II. Para selecioná-los, estabelecemos os seguintes critérios: estarem acompanhados pelas assistentes sociais; cumprindo medida socioeducativa em meio aberto; e frequentando as reuniões mensais realizada pelas assistentes sociais e psicólogas.

Iniciamos a entrevista com a apresentação da proposta da pesquisa, seguida por uma breve apresentação mais pessoal. Também solicitei algumas informações relativas à identificação das participantes. “É nesse momento que se obtém os dados que se consideram necessários a respeito dos participantes que, eventualmente, poderão ser completados ao final.” (SZYMANSKI, 2004, p.24).

As entrevistas foram realizadas no CREAS II, com duas assistentes sociais que trabalham em ação direta com os adolescentes; e no CREAS III, com uma assistente social; todas trabalhavam com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto. As assistentes sociais têm em média 48 anos de idade, graduadas pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Duas delas possuem pós-graduação *lato sensu* em Serviço Social Contemporâneo e Políticas Públicas, pela UFF. Todas reúnem mais de 10 anos de experiência profissional, com uma média de 6 anos de atuação no campo das medidas socioeducativas em meio aberto.

3.1 Análise e interpretação

Para a análise do conteúdo das entrevistas, optamos por estabelecer algumas categorias que representam o modo de compreensão acerca da temática em discussão. O processo de categorização consiste em “[...] uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação seguida de um reagrupamento baseado em analogias, a partir de critérios definidos” (FRANCO, 2018, p.63). Assim, organizamos as seguintes categorias: a dinâmica de trabalho do

assistente social com adolescentes; aspectos significativos do trabalho; dimensão educacional no âmbito da profissão e formação das assistentes sociais.

3.1.1 A dinâmica de trabalho do assistente social com adolescentes

Nessa categoria tratamos tudo aquilo que se relacionava às ações desenvolvidas pelas assistentes sociais no exercício de suas práticas profissionais com os adolescentes, e que, de certa maneira, revela a perspectiva da educação no âmbito da prática profissional. Constatamos que a dimensão educacional está presente nos trabalhos com os adolescentes.

Iniciamos o nosso trabalho através do acolhimento com o adolescente, explicamos o que ele precisa cumprir, o que é a medida, que é uma determinação judicial. [...] orientamos o que tem que ser feito, falamos sobre o que ele precisa cumprir. [...] e a perspectiva dele buscar uma mudança na vida, tentar algum curso, algo que ele possa ter um trabalho, mas é muito difícil porque não temos muitas opções [...]. E o que temos é a nossa fala, é tentar dizer que esse não é o caminho ideal que ele vai sofrer [...]. Quando eu fecho a porta e estou com o adolescente aqui dentro, eu tento passar uma melhor visão, uma visão de que é possível, de que ele precisa estudar, tentar sair dessa, mas a gente sabe que às vezes ele quer mesmo um retorno rápido e para o jovem é difícil convencer de que tem que estudar, para um dia se formar e conseguir alguma coisa, algo mais a longo prazo, o jovem quer algo mais imediato, por isso a maioria entra também. (Entrevistada 1)

[...] no primeiro atendimento pactuamos várias coisas, eles assinam termo de compromisso dizendo que vão cumprir e pelo PIA (Plano Individual de Atendimento) a gente vai ver como é esse adolescente, se ele gosta de esporte, se ele gosta de algum curso, às vezes eles falam que tem um tio que tem oficina perto de casa, então eu penso em um curso de mecânica e perguntamos a eles: “O que você acha?”, “E pintura de automóvel?” Então pela fala dele, pela conversa no plano individual de atendimento, a gente vai traçando algumas coisas que vai de encontro a ele mesmo. [...] mês a mês eles tem que vir aqui para a gente conversar. [...] a gente faz o acompanhamento é assim: visitas domiciliares, telefonemas e encontros mensais, que no caso deveriam ser semanais mas não são porque eles alegam não ter como vir, já que não tem como vir, a gente dá um jeito de ir, através das visitas domiciliares. [...] a gente começou a fazer as reuniões para poder aproximar e ter uma discussão coletiva, porque a gente fica só no atendimento individual e perde a dimensão coletiva, deles perceberem que o outro também passa pela mesma dificuldade dele e a gente começou sempre trabalhando projeto de vida, porque nos PIA's quando a gente fazia essa pergunta, a maioria não sabe responder. Então você pergunta: “O que você quer fazer?”, “O que você tem de projeto?”, “O que você quer daqui a dois, três anos?” E nenhum sabe, nenhum projeta para o futuro, eles vivem o presente ou nunca pararam para pensar, então a gente começou a trabalhar projetos de vida, o que eles querem o que eles buscam e estimular, e aí a gente espera o retorno. (Entrevistada 2)

No primeiro atendimento há uma acolhida com o adolescente e a família, nesse momento a gente tenta fazer um atendimento multidisciplinar [...]. E depois a gente tenta conhecer mais o adolescente, a família para depois traçar as ações do PIA. Atendimento, trabalho em contato direto com o adolescente que nós temos são os grupos de reflexões, esse grupo é uma

vez por mês. Acompanhamos o grupo de adolescentes [...]. Nós fazemos o primeiro atendimento, montamos o PIA, fazemos os relatórios mensais e os grupos de reflexões, nós orientamos, falamos das consequências, orientamos os responsáveis a irem juntos, mas muitas vezes os adolescentes estão sozinhos. (Entrevistada 3)

As ações das assistentes sociais são respaldadas por uma mesma legislação e orientações técnicas básicas de trabalho com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto. Cada profissional destacou aspectos singulares em sua prática, por exemplo: a Entrevistada 1 abordou o acolhimento e as orientações; a Entrevistada 2 destacou a visita domiciliar como estratégia para aproximação do sujeito e da realidade vivenciada; e a Entrevistada 3 mencionou a importância do trabalho multidisciplinar, que propicia o atendimento ao sujeito em suas múltiplas dimensões, a partir de diferentes olhares, técnicas e áreas profissionais.

Ao destacarem o acolhimento, a orientação, as visitas domiciliares, os atendimentos multidisciplinares, percebemos a presença da dimensão educacional num sentido amplo, emancipatório, que considera as vivências, as experiências desses adolescentes; ações que refletem a esperança de superação do estado de limite e medo em que vivem esses adolescentes.

As atividades comuns a serem desenvolvidas, de acordo com a lei, são: realizar o primeiro atendimento ao adolescente juntamente com a família; construir o Plano Individual de Atendimento a partir de metas e objetivos pactuados com os adolescentes; dar orientações; proceder a encaminhamentos quando necessários; realizar visitas domiciliares (o entendimento que possuem sobre visita domiciliar apresentou diferenças); elaborar relatórios mensais; e fazer grupos com os adolescentes.

De acordo com o caderno de orientações técnicas para o Serviço de Medidas Socioeducativas em meio aberto (2016, p.62):

O acompanhamento individual aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) constitui-se em atividade precípua do técnico de referência, cuja previsão legal encontra-se no Estatuto da Criança e do Adolescente, na Lei do Sinase e na Tipificação dos Serviços Socioassistenciais. O desenvolvimento de atividades de acompanhamento individual aos adolescentes [...] é parte fundamental do trabalho social a ser realizado pelo técnico de referência do serviço [...] São características primordiais deste acompanhamento a atenção às especificidades da trajetória de vida de cada adolescente e a compreensão do adolescente sobre as regras inerentes ao cumprimento de uma medida socioeducativa, o que

pressupõe o estabelecimento de uma relação de confiança, orientações claras e disponibilidade do técnico [...] as atividades de acompanhamento individual devem proporcionar um espaço de escuta, que permita a reflexão sobre as questões individuais, garantindo que o adolescente e sua família tenham respeitadas as suas singularidades. Devem, ainda, possibilitar a construção de projetos de vida na perspectiva da garantia do acesso à direitos e à convivência familiar e comunitária. Os atendimentos individuais do Serviço de MSE em Meio Aberto de LA e PSC, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Assistenciais, devem ser agendados semanalmente nos CREAS.

Segundo depoimentos, entretanto, muitas das orientações estabelecidas no atendimento aos adolescentes, que deveriam ocorrer semanalmente, não são realizadas nos CREAS de Campos dos Goytacazes.

A Entrevistada 2 salienta essa questão dos atendimentos semanais, afirmando que *“[...] o ideal seria que eles comparecessem semanalmente e é o que está escrito nas orientações técnicas de medida, mas a gente não consegue, não há dinheiro, eles não vêm porque não tem passagem de ônibus [...]”*.

Quando questionada sobre a possibilidade de alguma medida para solucionar a falta das passagens de ônibus, a Entrevistada 2 responde:

Já até falaram de arrumar um cartão, alguma coisa que eles pudessem ter passe livre, mas eles não têm e nesse meio tempo, o que eu consigo, com certa dificuldade, é fazer visitas domiciliares. Para não ficar um espaço grande sem vê-los [...].

Na impossibilidade do comparecimento semanal dos adolescentes, a assistente social realiza visitas domiciliares, para ter contato mais próximo com o adolescente, sua família e comunidade.

[...] eu vou porque assim vejo a moradia, eu consigo ver a comunidade onde ele mora, conhecendo assim o adolescente em suas múltiplas dimensões, como é a vizinhança, quando chegamos tem a recepção da família, a gente conhece os irmãos porque no atendimento eles não estavam, vendo os irmãos, às vezes você identifica algumas questões, possíveis problemas de saúde, então fazemos alguns encaminhamentos, então o ideal era semanal mas não conseguimos e nesse meio tempo em que não fazemos visita, é por telefone, eu tento ligar toda semana [...].
(Entrevistada 2)

No CREAS II há apenas um carro para toda a equipe, e nem sempre é possível fazer as visitas domiciliares, devido à indisponibilidade do carro. No período da pesquisa foi possível observar que a dificuldade do contato telefônico, em alguns casos, ocorria pela falta do aparelho celular; então, era feito contato com terceiros (geralmente parentes e/ou vizinhos). Muitas vezes, os contatos eram interrompidos

pela constante troca dos números de telefones, nem sempre passados para a equipe.

A Entrevistada 3 também se refere à dificuldade financeira da família, o que inviabiliza as idas mais regulares dos adolescentes aos CREAS.

[...] por conta da falta desse projeto político-pedagógico, a gente recebe esse adolescente e encaminha para cumprir a MSE, o certo seria acompanhá-los de 15 em 15 dias, mas tem famílias que não tem condições de vir com essa frequência, no início para fazer o PIA, eles acabam vindo mais, depois eles vêm pelo menos uma vez ao mês, para nos entregar as fichas de frequência, das atividades e da MSE. Se tivéssemos esse projeto poderíamos acompanhar melhor esse adolescente, teríamos mais contato com eles, pois o nosso contato, o acompanhamento é muito superficial.

O projeto político-pedagógico a que a entrevistada se refere seria um projeto a ser construído por toda a equipe técnica dos CREAS. Ela acredita que, com a construção deste, o contato com os adolescentes seria maior, e a equipe estaria mais fortalecida. *“Precisamos contar com a rede (os serviços prestados pelas políticas públicas). Nós somos a rede, temos que ser fortes, uma fortalecendo a outra, mas dentro do CREAS poderia existir um trabalho muito melhor que ainda não existe.”*

Ressalta, ainda, a falta de segurança na unidade do CREAS:

[...] Se tivéssemos condições e segurança também, porque o que inviabiliza são as facções contrárias, então não podemos trazer todos os adolescentes e colocar aqui dentro, não podem estar no mesmo local ou até mesmo vir na localidade onde está o Creas. Nós selecionamos os adolescentes por ato infracional e fazemos uma divisão a partir dos territórios, por conta das facções. A seleção por ato infracional ocorre porque dependendo da gravidade, o adolescente não tem condições de frequentar o grupo de reflexão por conta do comprometimento dele. O próprio adolescente não gosta de vir por sentir-se ameaçado. (Entrevistada 3)

Importante notar o que indicam esses depoimentos. A linguagem do crime invade o contexto das instituições e interfere no trabalho dos assistentes sociais. Todas afirmam que o tráfico de drogas é a infração mais recorrente dos adolescentes, evidenciando que o grau de envolvimento no tráfico dificulta o cumprimento da medida socioeducativa. Os CREAS dividem os adolescentes a partir dos territórios das facções a que eles pertencem, pois muitos não podem nem passar por certos bairros de facções inimigas, que correm risco de morte.

A realidade dessas instituições e do trabalho que desenvolve a equipe técnica dos CREAS está baseada na divisão de território, determinada pelas facções, e pode

ser comparada ao trabalho que era realizado pela equipe técnica do Plano Individualizado de Tratamento (PIT), contido na formatação do Exame Criminológico, procedente da Lei de Execução Penal do sistema penitenciário do Brasil.

No sistema penitenciário do Rio de Janeiro, diante da inexistência do Centro de Observação Criminológica (COC) e para dar conta da exigência legal, foi criado em 1999 o Plano Individualizado de Tratamento (PIT), realizado pela equipe técnica para fins da individualização da pena, buscando inserir o sentenciado no grupo com o qual iria conviver no curso da execução da pena. No entanto, diferentemente de seus objetivos, a inserção do sentenciado ficava (e ainda fica) a critério das chamadas facções criminosas a que os presos se diziam pertencer, em detrimento das indicações apontadas no estudo realizado pela equipe técnica.[...] Acresce às questões elencadas o fato de que, no Rio de Janeiro, é bastante corrente, nos depoimentos de gestores do sistema penitenciário, a influência das facções a que os presos se dizem pertencer, na lotação destes nas unidades, em detrimento das indicações apontadas pela equipe responsável pelo exame criminológico inicial. (BANDEIRA, 2014, p.144)

O PIT é constituído de entrevistas com os presos. Em estudos feitos sobre a população carcerária, realçam a divisão das facções e, a partir disso, é determinada a divisão dos presos, “em detrimento das indicações apontadas no estudo realizado pela equipe técnica. Este foi um dos motivos que culminou no término do PIT em 2014” (Idem). Percebemos a interferência das facções criminosas dentro das instituições públicas, influenciando as ações profissionais e, de certa forma, sendo “legitimada” pelo próprio Estado, que tem ciência dessas práticas. Na realidade do trabalho das assistentes sociais nos CREAS é necessário considerar as diferentes facções criminosas, pensando na integridade física dos adolescentes; assim, organizam suas ações de acordo com as divisões feitas pelo tráfico.

A contradição que se apresenta é que o adolescente em conflito com a lei tem, no seu enredo de vida, o cumprimento de uma medida socioeducativa em meio aberto (Liberdade Assistida e/ou Prestação de Serviços à Comunidade) e esta medida não deve significar cárcere; mas não estaria esse adolescente “preso” pela opressão, medo e sujeição ao tráfico, ao ter sua liberdade cerceada pelo trânsito restrito a territórios?

3.1.2 Aspectos significativos do trabalho

Segundo Iamamoto (2003, p.40), os assistentes sociais exercem ações eminentemente educativas e organizativas com a classe trabalhadora¹⁹, objetivando transformações na vida desses sujeitos. “Essa ação incide, portanto sobre o modo de viver e de pensar dos trabalhadores, a partir de situações vivenciadas no seu cotidiano [...]”. Através dos depoimentos, observamos que o aspecto mais significativo do trabalho que realizam é o contato, a relação que estabelecem com os adolescentes, pois acreditam que nesse processo podem provocar mudanças na vida deles, sendo assim, uma esperança no trabalho que desenvolvem.

O mais significativo para mim é o momento em que estou só eu e o adolescente e nesse momento, através da minha fala, posso passar algo bom para eles, uma melhor visão, mostrar caminhos para sair dessa vida e dizer que é possível, e conseguir resgatá-lo, em 10 você conseguir 1, como um adolescente que eu acompanhei e participou de campeonato de luta e tirou em primeiro lugar, e ele era do tráfico então essa força dele, de Deus na vida dele para sair do tráfico, mas pra gente tem um retorno, conseguimos, então o significativo é você acreditar no trabalho, acreditar na mudança, o que está no Serviço Social é você acreditar na mudança desse ser humano, acreditar no ser humano que uma hora ele vai conseguir. (Entrevistada 1)

Então o que eu sou apaixonada, sempre busco e é mais significativo para mim são as reuniões com os adolescentes, o encontro com eles, o fato de se colocarem, com muita dificuldade, falam pouco dos sentimentos e a gente estimular isso: O que eles têm medo? O que eles sentem, eles se sentem diferentes de outras pessoas? Por que a vida fez isso com eles? Foram eles que buscaram? Num contexto maior da sociedade mesmo. Se eles se sentem alijados da sociedade, marginalizados mesmo, por serem pobres, por não terem condições, acesso, e trabalhar essas questões, para externalizar isso e estimular o outro, vêem que não estão sozinhos, e juntos pensarem em saídas. (Entrevistada 2)

A Entrevistada 3 também aborda o trabalho com os adolescentes através dos grupos de reflexões como importante. “*Então o mais significativo para mim é esse contato com os adolescentes através do grupo de reflexão*”. Tanto o atendimento socioindividual e familiar, quanto as atividades em grupos de reflexão com os adolescentes, como as visitas domiciliares, são eixos do trabalho das assistentes sociais, porque permitem comunicação utilizada como conscientização, discussão partilhada, exposição de ideias, troca de informações, entre outras.

[..] as visitas domiciliares têm um significado enorme para eles, se sentem super importantes, “é a assistente social que está chegando”, nunca me

¹⁹Ricardo Antunes (1999) discute o conceito de classe trabalhadora enquanto “classe que vive do trabalho”.

senti desprezada ou assim mal aceita como se eu fosse policial, vigiar, não vou com esse olhar, eu nem entro nos cômodos, eu não fui ali para olhar casa, reparar, mas para eu sentir a questão da família, conhecer mais o entorno, o que a comunidade pode oferecer, porque de repente na ida para lá, eu consiga ver uma quadra super interessante que pode propiciar alguma atividade para ele, se tem vila olímpica²⁰ ou não no local, quando o adolescente precisa cumprir a prestação de serviço à comunidade, verifico se há uma Unidade básica de Saúde (UBS) próximo a casa dele, se há uma creche, eu só consigo verificar nas visitas domiciliares, então as visitas e as reuniões são os mais significativas. (Entrevistada 2)

Fora de uma perspectiva de controle, as visitas domiciliares são muito utilizadas como instrumento técnico-operativo que proporciona ao profissional maior contato com o coletivo familiar em seu ambiente, em seu território. “Sair do espaço institucional para outro local funcionou como uma ‘suspensão do cotidiano’ proporcionando mais descontração para discutir o assunto e rememorar as histórias [...]” (Micheletti, 2006, p.148). Para além dos muros institucionais, as relações podem representar um espaço mais aberto, mais livre.

3.1.3 A dimensão educacional no âmbito da profissão e formação dos assistentes sociais

A dimensão educacional do Serviço Social perpassa as três dimensões constituintes da profissão: teórico-metodológica; ético-política e técnico-operativa. Entretanto, não se limita a elas. Em nossa atividade cotidiana é necessário *ligar, contextualizar e globalizar* (Cf. Morin, 2000) os conhecimentos, realizando análises conjunturais sobre a realidade trabalhada, contribuindo para a autonomia e cidadania. Ao mesmo tempo, envolvem a disposição para conhecer e aproximar-se dos sujeitos da ação profissional, também em suas subjetividades e expectativas. Segundo Martinelli (1988, p.141):

Temos todo um potencial de trabalho como educadores, como veiculadores privilegiados da informação. Somos educadores no sentido pleno do termo, trabalhamos com a consciência, com a linguagem que é ‘relação social’, como bem lembrava o jovem Marx na Ideologia Alemã (Marx 1984: 43)²¹. Se cada pessoa que passa por nossa sala, por nossa prática, por nossa vida, nós pudermos sensibilizar para essa possibilidade de se instituir como sujeito

²⁰As vilas olímpicas são construções feitas pela prefeitura do município de Campos dos Goytacazes para oferecer lazer e esporte para população. Elas são praças com quadras, piscinas e aulas diversas ligadas ao esporte, cultura e lazer.

²¹ MARX, Karl. O capital. Crítica da economia política. Livro primeiro, vol. I. Trad. De Reginaldo Sant’anna. 9. Ed. São Paulo:Difel,1984.

político nos marcos dessa sociedade, estaremos, com certeza, trazendo uma enorme contribuição.

A Entrevistada 1 assim se refere ao trabalho do assistente social, como educativo: *“Pra mim a dimensão educacional está clara, no sentido que todas as assistentes sociais quando vão para uma sala de atendimento com usuário, está ali como educadora”*.

Penso que a dimensão educacional está na nossa natureza porque tudo que fazemos é educativo; exemplo: você vai fazer uma palestra, você está com um propósito educativo, você aprende muito, mas tem o propósito de passar alguma coisa, quando você atende uma pessoa você está sempre tentando mostrar o lado educativo, mas temos que ter cuidado para não acharmos que sabemos tudo, que sabemos mais que aquela pessoa, porque não podemos usar esse educativo para falar por exemplo assim: “Nossa, pra quê tanto filho? Tem que fazer cirurgia.” Então não pode ser educativo no sentido de comandar a vida do outro, achar que sabe mais, porque às vezes não sabemos agir nem na nossa própria vida que dirá dos outros. [...] então eu acredito que é um educativo, mas deve ser num sentido emancipador, no diálogo com eles, podemos orientar, mas não podemos comandar a vida do outro, a decisão é do usuário. (Idem)

Está presente nessa fala o sentido emancipatório da profissão, comprometida em não julgar as ações dos usuários, nem comandar ou impor uma visão de mundo, mas orientá-los, através do diálogo, a uma maior consciência de sua cidadania. Nesse sentido, Freire (2016) reforça a importância do diálogo, do encontro entre usuários e sujeitos: *“A conquista implícita no diálogo é a do mundo pelos sujeitos dialógicos, não a de um pelo outro. Conquista do mundo para a libertação dos homens”* (p.109). O autor ainda reforça que não existe diálogo sem esperança. *“A esperança está na própria essência da imperfeição dos homens, levando-os a uma eterna busca.”* (p.114). E essa busca é feita através da comunicação, das relações entre os homens.

A Entrevistada 2 mostra que as mudanças no campo social iniciam-se através da educação, antes mesmo de qualquer outra forma de conquista. Primeiramente apreendo, para em seguida considerar em que mudar. A explicação é sempre necessária para uma compreensão objetiva.

Acredito enquanto assistente social que a única forma de mudança é através da educação, não é saúde, não é trabalho, nenhuma outra, é pela educação, porque ela (a educação) mexe com todas as dimensões do ser, então quando eu tenho essa visão e trabalho com Serviço Social, com esses adolescentes, é buscando mudanças que através da educação, do trabalho educativo que é propiciar mudanças no ser, na família, nas relações, no que eles tem direito[...]. O trabalho educativo que eu exerço através das minhas ações é por esse viés da informação, da cidadania, do pertencimento, de buscar os direitos e isso que está acontecendo com os adolescentes, com as famílias e faz parte do trabalho educativo.

As contribuições das entrevistadas iluminam a proposta de que todo o trabalho do assistente social é educativo, relacional, desde os atendimentos, dos processos reflexivos, até chegar à produção dos pareceres sociais, quando for o caso.

[...] a maneira como recebo esse adolescente enquanto profissional me colocando não no nível dele, mas como uma pessoa que traz uma empatia naquele relacionamento, trazendo um ar mais leve nas entrevistas quando nos colocamos de uma forma mais acessível, isso ajuda muito, principalmente no trabalho reflexivo. Porque quando atendemos esse adolescente, trazemos muitas reflexões com eles, abordamos assuntos e a forma como abordamos eles e como emitimos nossos valores, acho isso muito importante dentro do trabalho de serviço social. (Entrevistada 3)

É possível constatar que as entrevistadas percebem a dimensão educacional em suas ações, tal como nas reflexões, nos diálogos, encaminhamentos, serviços, e que sempre associam essa perspectiva à capacidade de mudanças na vida dos sujeitos. Todavia, não é sempre que esta questão é clara para o profissional social, além de pouco discutida. *“Não acho que essa dimensão educativa da profissão seja clara para o assistente social, eu ampliei minha visão com as pessoas que eu trabalhei.”* (Entrevistada 3)

Interessante notar que a maioria das assistentes sociais relata não ter percebido em sua formação a dimensão educacional; começam a notar o sentido da educação na profissão, a partir do exercício da prática profissional.

*Quando eu me formei foi o auge do marxismo, então era o materialismo histórico-dialético, os nexos lógicos e causais, é você fazer mediações, da aparência para o abstrato, então a gente usava esses termos assim, a visão crítica e não estudávamos a dimensão educacional da profissão. Eu acho essa dimensão muito abstrata. Durante a minha formação nem tocaram nisso. Eu comecei a perceber isso no meu trabalho em um acolhimento quando eu tinha que construir o PPP (Projeto Político Pedagógico) e quando ouvi falar nisso por ser um projeto político pedagógico, eu pensava que era da pedagogia, mas não era, porque essa direção ela é um todo, não é porque é professora, pedagoga e que só elas trabalham com a educação, então foi através do **acolhimento** que eu percebi essa dimensão educativa. (Entrevistada 2)*

*Quando eu estudava, no meu estágio eu fazia um trabalho preventivo com as comunidades rurais no hospital Plantadores de Cana, inclusive meu Trabalho de Conclusão de Curso foi todo baseado na **prevenção** da saúde. Íamos de ônibus de lugarejos em lugarejos, junto com acadêmicos, médicos, dentistas, enfermeiros e fazíamos grupos, esse era um trabalho educativo para prevenção de doenças, então o assistente social palestrava nesses lugares, onde íamos reuníamos essas pessoas que vinham atrás do atendimento nos ônibus e geralmente íamos para debaixo de uma árvore ou na varanda da casa de alguém e tinha esse trabalho educativo. Mas na graduação não era falado sobre a natureza educacional na profissão. (Entrevistada 3)*

*Durante a graduação, a gente vê esse educativo, é porque quando você traz para prática, acho que estou misturando um pouco porque estou querendo trazer isso para o outro lado, que o outro traz para mim, mas acho que no fundo nós somos usadas nessa função educativa, acho que quando o Serviço Social veio, quando surge, ele veio com essa função educativa e no fundo no fundo, sempre foi assim. Já ouvi que o Serviço Social é para-raio, então está tudo dando problema, vai para o Serviço Social. Mas o educativo no sentido de tentar mostrar caminhos, o que pode ser, o que pode ajudar, mas não achar que você vai mudar a vida da pessoa assim, como se tivéssemos uma varinha mágica e passa no Serviço Social que vai resolver.[...] Hoje o Serviço Social não tem falado mais sobre a profissão, eu fui a uma palestra na UFF e as alunas falam da política, da medida socioeducativa, mas não se fala mais do Serviço Social, da prática do assistente social, fala do campo do estágio só. Eu sou formada desde 2004, mas tive uma formação muito voltada ao neoliberalismo, às políticas, porém o que sempre ficou comigo do Serviço Social da minha formação, é que lá fora pode ter política, pode ter guerra política, porque sabemos que sou contratada, a fragilidade do trabalho, mas eu não me permito ficar abalada com isso, quando eu fecho a porta, sou só eu e o meu usuário, posso e faço o meu melhor para ele, independente do que vai ser. É tanta burocracia de papel e de coisas que precisam ser preenchidas no atendimento com o adolescente que eu fui anotar tudo que tinha a fazer para não esquecer e era tanta coisa que eu até brinquei, se sobrar tempo eu vou até conversar com o usuário e olhar para ele. (Risos). É claro que precisamos também fazer os relatórios, mas não fico obedecendo ao juiz, se vejo uma situação em que eles ficam pressionando, mas aquele menino ainda tem chances de cumprir, não obedeco aos prazos, envio o relatório dizendo aquilo que penso que o adolescente ainda tem possibilidade e esse é o nosso diferencial, por isso existe o Serviço Social, se não qualquer pessoa poderia fazer. Só responder perguntas prontas qualquer um faz, mas a nossa vontade de querer e tentar fazer alguma coisa para que eles sigam um caminho diferente, é um diferencial. **O Serviço Social está com uma tendência e está virando apenas um executor de políticas públicas** e com isso as pessoas começam a olhar e dizer que esse serviço qualquer um pode fazer, mas a nossa garra a gente não pode perder, precisamos acreditar nos seres humanos, no outro e acreditar que você está ali com o seu usuário e você pode dar o seu melhor para ele e pode mudar fazer diferença. Eu priorizo o sujeito sempre. (Entrevistada 1)*

Embora de modo implícito, a dimensão educacional não é expressiva. O processo de ensino, mesmo no âmbito de teorias críticas como o marxismo, apresenta-se despregado da dimensão educativa. Só quando iniciado o trabalho na prática as profissionais começam a perceber a força e responsabilidade de natureza educacional; até porque, é possível verificar esse propósito tanto no projeto ético-político da profissão, quanto no Código de Ética, lei de regulamentação nº 8662/93, diretrizes curriculares da ABEPSS, e lei de diretrizes curriculares.

A competência teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política são requisitos fundamentais que permite ao profissional colocar-se diante das situações com as quais se defronta, vislumbrando com clareza os projetos societários, seus vínculos de classe, e seu próprio processo de trabalho. Os fundamentos históricos, teóricos e metodológicos são necessários para apreender a formação cultural do trabalho profissional e, em particular, as formas de pensar dos assistentes sociais (ABEPSS, 1996, p.7).

Ao examinarmos o banco de teses e dissertações da biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo dos últimos 5 anos, encontramos 307 teses e dissertações que mantinham a educação como uma das palavras chave; porém, desse total, menos da metade delas conservam a perspectiva educativa do/no Serviço Social como tema principal.

Vivemos momentos difíceis, de crises culturais e civilizatórias, como afirmam Edgar Morin (2014) e outros, mas a formação do pensamento crítico, tanto de profissionais quanto dos usuários, só é possível através do fortalecimento da educação como orientadora das práticas sociais. O trabalho educativo com os jovens converte-se em solo de esperança na renovação democrática e política em nosso cotidiano de trabalho.

3.2 Grupo de reflexão

O grupo de reflexão foi realizado no CREAS II (Centro de Referência Especializado em Assistência Social) de Campos dos Goytacazes, com o propósito de obtermos alguma contribuição dos usuários a respeito do trabalho com eles desenvolvido pelos assistentes sociais. No momento da pesquisa haviam 38 adolescentes em conflito com a lei sendo acompanhados no cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto (Liberdade Assistida e/ou Prestação de Serviços à Comunidade). A equipe profissional que atendia os adolescentes era composta por: 2 assistentes sociais, 1 psicóloga, 1 pedagoga, 1 advogado e 1 orientadora social.

Os adolescentes foram organizados, de modo a facilitar os acompanhamentos dos profissionais. No momento da pesquisa, estavam assim divididos: uma assistente social²² com 16 adolescentes; outra com 10 adolescentes, e uma psicóloga com 12 adolescentes. Todas eram técnicas de referência dos adolescentes, porém a psicóloga realizava um primeiro atendimento com todos os adolescentes, através do qual era verificada a necessidade de encaminhamento para acompanhamento psicológico ambulatorial. Em caso negativo, a profissional fica disponível para o caso de alguma necessidade. O mesmo acontece com os 12 adolescentes que são

²²Assistente Social concursada na prefeitura de Campos dos Goytacazes; portanto, tem carga horária maior, acompanhando maior número de adolescentes.

acompanhados pela psicóloga; eles são divididos para o atendimento com as assistentes sociais. São elas que os encaminham para alguns benefícios, verificam situações de vulnerabilidades sociais, desmotivação no cumprimento da medida, troca do local do cumprimento da medida, o que é necessário, pois os adolescentes são acompanhados pelos CREAS, mas são encaminhados para cumprir a medida em outros locais²³.

Dos 38 adolescentes em acompanhamento, 14 foram selecionados para participar do grupo de reflexão. Definimos como critérios de participação estar em cumprimento de medida, acompanhados por assistentes sociais, e frequentar as reuniões mensais realizadas por elas e pela psicóloga. O objetivo do grupo de reflexão consistiu em observar e compreender o trabalho desenvolvido com os adolescentes, a influência do trabalho das assistentes sociais na vida desses usuários, possíveis mudanças em andamento e, se possível, perceber a dimensão educacional do trabalho das assistentes sociais na dinâmica relacional de acompanhamento com os adolescentes.

Entre os 14 convidados, 4 adolescentes compareceram para participar do grupo, sendo 2 meninos acompanhados por uma assistente social, e os outros 2, sendo uma menina, acompanhados por outra assistente social.

Preparamos uma mesa com lanches e girassóis²⁴, como forma de promover uma motivação relacional. Em outro local da sala mantivemos acessíveis papéis, pincéis e tintas. Inicialmente, agradecemos a presença de todos, nos apresentamos e explicamos o que estávamos fazendo e com qual finalidade. Dentre eles, 3 já nos conheciam por outros trabalhos realizados. A relevância e importância da pesquisa foram expostas, com o intuito de integrá-los. Abordamos o Estatuto da Criança e do Adolescente (muitos desconheciam) e os direitos, lembrando que o processo que viviam também era uma conquista pautada em lutas, mobilizações, estudos e pesquisas.

²³Os adolescentes cumprem a MSE em locais que ofereçam atividades de esportes, cursos profissionalizantes em ONG's, Fundação do Esporte, Fundação Municipal da Infância e da Juventude; quando devem prestar serviço à comunidade são encaminhados geralmente para unidades básicas de saúde (UBS's).

²⁴Os girassóis seriam para fazer uma ilustração e referência à mensagem final preparada para eles, como uma forma de retribuir a contribuição e participação na pesquisa.

Fotografia 1 – Preparação da mesa de recepção



Fonte: Fotografado pela autora.

Eles conheciam as assistentes sociais, mas não sabiam que as técnicas eram assistentes sociais. Explicamos que, para a pesquisa, era importante que refletissem sobre o trabalho das assistentes sociais e suas decorrências. Propusemos, então, um exercício através de um desenho individual, em que mostrariam de que modo esse trabalho interferia em suas vidas. Em um segundo momento, conversariam sobre suas produções e fariam um desenho coletivo, representando o trabalho como um todo.

3.2.1 Primeiro momento: os trabalhos individuais

Figura 1 – Desenho do adolescente A



Fonte: Fotografada pela autora.

O contato com a assistente social é bom, embora ela seja exigente, entendo a exigência dela, pois é o Juiz quem manda e é segunda vez que estou aqui, pois a primeira eu não cumpri [...]. Não foi por culpa do trabalho dela e sim pelas influências dos que dizem serem meus amigos, mas na verdade amigo mesmo são poucos, porque essas pessoas que chegam e dizem: 'vamos traficar, roubar só um celular ou então botar pilha para brigar e até matar alguém', não são meus amigos. Eu gosto das coisas que ela fala comigo

porque ela tem mais experiência sabe o que é melhor, mas é difícil sair dessa vida porque os meus inimigos querem me matar e se vierem para cima de mim, entre a minha mãe chorar, eu prefiro a deles, por isso eu nem saio mais do meu bairro, quando venho para cá de bicicleta, venho pedindo a Deus para cegar meus inimigos e eles não conseguirem me ver, porque se vierem para cima de mim, não vou poder deixar. (Adolescente A)

Percebemos, nesse relato, a importância do diálogo com a assistente social, como momento de reflexão e de partilhar receios; o adolescente percebe as influências que o conduziram ao ato infracional. Mostra a dificuldade para sair dessa realidade, quase integrando-a em sua vida; vive a constante insegurança e risco entre viver e morrer. Interessante notar a visão desse adolescente para a medida socioeducativa enquanto uma “exigência coercitiva”, mas que de fato precisa cumprir, e nesse contexto consegue compreender a importância do trabalho da assistente social.

Figura 2 – Desenho do adolescente B



Fonte: Fotografada pela autora.

O adolescente B também desenhou uma paisagem com árvore frutífera, sol, nuvens, gramado, e uma rosa que pintou da cor rosa, e sobre ela disse: “*a assistente social é a rosa, eu gosto muito de conversar com ela*”. Muito parecido com o desenho do adolescente A, há indícios de esperança, de frutos. Para ambos, a conversa com a assistente social é reconhecida como espaço bom, de aprendizado, conselhos, reflexão sobre a vida. Em todo esse trabalho das assistentes sociais percebemos a dimensão educacional.

Figura 3 – Desenho do adolescente C



Fonte: Fotografado pela autora.

O adolescente C, diferente dos anteriores, disse que gosta muito de grafite e quis fazer uma arte escrevendo: *Love Tra (traz) Saúde, Fé*, além de desenhar uma rosa. E explicou: *“O contato com a assistente social traz amor e saúde e com isso eu tenho fé”*. No relato deste adolescente, percebemos novamente a presença da esperança que surgia a partir do contato com a assistente social, mas, independentemente disso, em seguida relatou: *“Tia, é muito difícil sair dessa vida, se espremer meu passado você enche um balde de sangue”*. Diante desta fala percebemos que esses adolescentes têm seu futuro roubado pelo mundo do crime, o que parece “um caminho sem volta”, e buscar novos caminhos é um trabalho complexo sob a responsabilidade das assistentes sociais.

O adolescente D demorou muito a desenhar, dizia que não sabia, e os próprios colegas o motivaram. Sobre o trabalho da assistente social, afirmou que gostava de conversar, mas que isso não mudava sua vida, tudo continuava igual, apenas no momento do atendimento sentia paz. Por fim, desenhou um girassol igual ao que estava na mesa do lanche, e todo o resto da folha permaneceu em branco, podendo mesmo representa a paz.

Figura 4 – Desenho do adolescente D



Fonte: Fotografado pela autora.

3.2.2 Segundo momento: o trabalho coletivo

No segundo momento, em que tinham de fazer um desenho coletivo sobre o trabalho das assistentes sociais, o adolescente C propôs desenhar uma árvore grande e essa árvore representaria a assistente social; eles seriam os frutos. Assim, o adolescente A interpretou: *“Boas árvores dão bons frutos, então o bom trabalho delas reflete na gente”*. O adolescente C lembrou que sempre tem aquela fruta com bicho e que não era culpa da árvore, e sim das más influências. Todos concordaram. Eles desenharam e quiseram colocar o nome de cada um dentro dos frutos, para representá-los.

O adolescente C disse que a assistente social era como uma mãe, por isso era a árvore; era mais experiente, sabia os melhores caminhos para vida deles.

Figura 5 – Desenho coletivo, feito pelos adolescentes A, B, C e D



Fonte: Fotografado pela autora.

Importante registrar nossa surpresa diante da sensibilidade e sinceridade dos jovens. A interpretação do trabalho desenvolvido é bastante positiva, mas as dificuldades para sair do tráfico são grandes, pois todos estão “jurados de morte”. Com um presente assim torna-se difícil projetar o amanhã; cada dia é uma vitória. Os adolescentes sentem muito a necessidade de viver o agora, não conseguem esquecer o passado; é como se o passado os tivesse “manchado”, não permitindo redenções, uma vez que, como eles mesmos relataram, os inimigos não os deixam, não os esquecem.

Relataram, também, que fazem uso de substâncias entorpecentes, a *cannabis sativa*, que os relaxam, traz sensação de paz e, assim, os ajuda a esquecer dos problemas. Durante a reflexão questionaram não poder usar a substância, contestando essa proibição aqui no Brasil, já que existem lugares no mundo em que seu uso é legal, sendo, inclusive, usada em tratamentos de doenças. Mencionaram os cliques do músico Snoop Dogg, que faz uso dessas substâncias, e relataram que as letras de músicas os influenciam.

Conversamos muito com o grupo sobre essas questões e sobre os riscos do uso dessas substâncias, de que modo facilitam o querer experimentar outras substâncias, e suas consequências. Tentamos motivá-los à liberdade e seguir caminhos que os deixem sem medo, livres para viver a vida. Concluímos o trabalho com uma mensagem de Lucila Azevedo²⁵ (sem data).

Seja como o girassol: volte-se sempre na direção do sol, deixando as sombras atrás de você. Faça um esforço contínuo para ser feliz e se dar bem nas suas tarefas. Não fique triste quando seu trabalho for visto com indiferença ou não te valorizarem. Lembre-se que todos os dias, ao nascer, o sol dá um espetáculo maravilhoso para uma grande platéia que ainda dorme. O importante é a tua própria luz, que ninguém consegue apagar. Busque sua felicidade!

Embora o objetivo da dinâmica fosse analisar a dimensão educacional do trabalho das assistentes sociais com jovens em medida socioeducativa em meio aberto, a leitura da mensagem foi uma maneira de dar força à reflexão e a um possível caminho de esperança.

Depois da leitura, um adolescente manifestou o desejo de voltar a estudar, mas o diretor da escola não o queria lá. Então explicamos que é um direito dele, assegurado em lei; nos reportamos ao Estatuto da Criança e do Adolescente, de seu artigo 4º, já mencionado no início da dinâmica, e orientamos que fosse ao colégio e expusesse ao diretor sua vontade e interesse em retomar os estudos. Outro adolescente manifestou seu gosto pela pintura, e que seria muito bom se pudesse fazer um curso de pintura.

Após a experiência com o grupo de reflexão foi perceptível o interesse dos jovens em querer aprender, estudar, retomar a vida; entretanto, sempre esteve presente o receio e o sentimento de estarem presos ao passado, ao tráfico.

Ao saírem, dois adolescentes pediram os girassóis que estavam sobre a mesa, e foi interessante a admiração pelos girassóis: a adolescente quis para ela e o adolescente queria dar para sua avó; eles levaram os girassóis. Gostaram muito da mesa de doces e salgados que fizemos e ficaram surpresos com a possibilidade de escolha diante da variedade de salgadinhos e doces disponível a eles.

²⁵AZEVEDO, Lucila. Seja como o girassol. Disponível em :< https://www.pensador.com/autor/lucila_azevedo/>. Acesso em 15 set . 2018.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta dessa dissertação foi indagar e pesquisar a presença da educação como um dos alicerces do Serviço Social, especialmente no âmbito das práticas realizadas por assistentes sociais com adolescentes que cumprem medida socioeducativa em meio aberto. Nesse sentido, estabelecemos como objeto de estudo a dimensão educacional do Serviço Social, apreendida e analisada através do trabalho das assistentes sociais com adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto.

No momento de fechamento desse estudo, alguns aspectos merecem certa reflexão e aprofundamento no Serviço Social.

- A pesquisa que realizamos reforça nosso pressuposto inicial, de que a dimensão educativa é constitutiva da profissão; ou seja, de modo geral, está presente nos processos de intervenção profissional do Serviço Social.
- As assistentes sociais, apesar de contribuírem para a formação da cidadania e para a emancipação dos usuários com os quais trabalham, não possuem uma visão clara sobre a natureza educacional da profissão. Entretanto, percebem que corroboram para maior informação e consciência social da população usuária.
- As características do Serviço Social e a capacidade para orientação sobre os direitos sociais efetivam-se através do acompanhamento e processo educacional dos jovens e suas famílias. Um dos fatores que demarcam essa proposição está na criação do Projeto de Lei Da Câmara (PLC) 060/2007, que dispõe sobre a inserção de assistentes sociais e psicólogos nas escolas públicas de educação básica. O direito a educação não pode estar desvinculado dos outros direitos sociais e humanos, e o assistente social é

um dos profissionais capacitado para analisar as condições de vida dos estudantes e de seus familiares, para que tenham uma visão mais crítica e consigam perceber a educação não como mercadoria, mas como um campo de resistência, esperança, e construção de um novo futuro. Segundo Almeida e Rodrigues (2013). “[...] qualquer ação estratégica no tocante à educação deve levar em conta seu significado como dimensão da vida social e como área de atuação e disputa no campo das políticas públicas.” (p.96).

- Partilhamos da concepção de Paulo Freire (2016) sobre o sentido da educação, quando afirma que está centrada na humanização, o que difere de uma educação bancária, voltada para aplicação de conteúdo, para formar pessoas para o mercado de trabalho. O autor defende uma educação emancipatória; para ele, aprender é um ato revolucionário e os indivíduos, através de processos de aprendizagens coletivas, devem ser capazes de aprender seu lugar, seu papel histórico como sujeitos protagonistas de sua história e, portanto, de transformá-la. Na mesma direção, complementa Morin (2014), quando pergunta “como reformar a escola sem reformar a sociedade mas como reformar a sociedade sem reformar a escola?” (p.233); e coloca um desafio aos profissionais: não esquecer que a missão essencial está em ensinar a compreensão humana, a cidadania terrena, a diversidade cultural (Cf. Morin, 2000). “[...] formar cidadãos capazes de enfrentar os problemas de sua época é frear o enfraquecimento democrático” (Ibidem, p.103).
- Verificamos que a legislação protege e responsabiliza o adolescente por seu delito e seus direitos, mas serve de respaldo para as ações do Serviço Social na viabilização de direitos. Somente as leis não são capazes de solucionar todos os problemas; embora sejam um avanço, é preciso mobilização para sua ampliação e garantia efetiva na vida dos sujeitos. E, nesse sentido, medidas protetivas são necessárias, tanto como execução de políticas públicas como solo de intervenção profissional. Sposati (2019), analisando a proteção social no contexto neoliberal, afirma que “[...] a

orientação, e trato neoliberal provê um terreno infértil para a proteção social como direito social e humano” (s/p). E considera ao final que:

Há em curso uma restrição à proteção social, pois o neoliberalismo considera que direito ao trabalho substitui o direito à política social. Ambos são necessários, pois a política social também não substitui direito ao trabalho. O direito do trabalho não se abstém do direito coletivo de proteção social.” (s/p)

Esse é um alerta relativo às políticas sociais e medidas protetivas, que vai exigir do profissional um olhar crítico e cuidadoso no exercício de sua prática.

- Os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa precisam ter acesso a trabalho educativo como estratégia de reconstrução de seus projetos de vida, para que possam seguir outros caminhos e não reincidam em novos atos infracionais. Essa é uma responsabilidade das políticas sociais e também um desafio para os profissionais que trabalham com esses adolescentes. Em entrevista com uma das assistentes sociais, percebemos quanto consideram significativo o trabalho com os adolescentes, valorizando os processos de escuta qualificada, orientações, trabalhando a educação como um caminho de esperança para um processo transformador. Obtivemos informações que um dos adolescentes que cumpria a medida socioeducativa tinha envolvimento com tráfico e uso de drogas; foi acompanhado pela assistente social durante a medida socioeducativa. Nesse processo, iniciou aulas de judô para cumprir a liberdade assistida e não saiu mais. A medida socioeducativa foi concluída, o adolescente se afastou do “mundo das drogas” e foi campeão municipal e estadual de judô, seguindo no esporte. A assistente social relatava esse episódio com orgulho e esperança, pois o trabalho apresenta muitos desafios e dificuldades, mas é possível.
- Embora a dimensão educacional esteja presente nas ações dos assistentes sociais e seja constitutiva do Serviço Social, ela não é muito discutida no âmbito da profissão e da formação, como verificamos na pesquisa bibliográfica, com a constatação do reduzido número de publicações sobre a temática. De modo geral, não percebem a dimensão educacional durante

o processo de formação, e somente no exercício da prática os profissionais começam a notar o sentido educacional da profissão e sua importância. Isso demonstra a necessidade de maior discussão sobre o assunto nos fóruns de debates da profissão.

- O grupo de reflexão realizado com os adolescentes foi uma experiência significativa. O pensar junto, trocar ideias, conversar sobre a vida, anima projetar o futuro, ter esperança, perceber que é possível seguir outros caminhos, por mais que existam dificuldades. O desenho que realizaram em conjunto, uma árvore, representou conhecimentos, beleza, frescor; os adolescentes afirmaram que ao mesmo tempo em que existem raízes fortes, interconectadas, temos as folhas leves. Fazendo certa analogia com o Serviço Social, percebemos que a profissão precisa estar “forte”, fundamentada, contudo, sem perder a leveza nas ações para continuar dando “bons frutos”. Assim, percebemos a importância do atendimento, do acompanhamento socioindividual (Cf. Paulino, 2016)²⁶ e dos trabalhos grupais para efetivar e mobilizar questões da ordem do singular e do coletivo, como estratégias alternativas para responder aos desafios contemporâneos.

²⁶“Os atendimentos socioindividuais, podem ser desenvolvidos com diferentes objetivos: **educativo** – para tratar de assuntos focais, numa ação socioeducativa, com a finalidade de esclarecimento de assuntos referentes às demandas do usuário, de modo que eles mesmos possam desenvolver um conhecimento crítico; **de sensibilização e reflexão** – para identificar os determinantes sociais que interferem na qualidade de vida dos sujeitos, sensibilizando-os, a partir de um trabalho reflexivo, para dar início ao processo seguinte, o qual se configura no terceiro objetivo dos atendimentos que diz respeito à conscientização e à mobilização; **conscientização e mobilização** – espaço em que o sujeito pode rever algumas situações de sua vida, visando melhor compreendê-las; dar outros sentidos e significados; apropriar-se de sua consciência e força de e para a mobilização.” (p. 27).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). **Lei de Diretrizes Curriculares**. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social. Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996. Rio de Janeiro, novembro de 1996. Disponível em http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf Acesso em 1 dez.2018.

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a organização da cultura**: perfis pedagógicos da prática profissional. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2016.

_____. A dimensão pedagógica do serviço social: bases histórico-conceituais e expressões particulares na sociedade brasileira. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, v.25, n.79, p. 43 – 71, dez. 2004.

ABREU, Marina Maciel; LOPES, Josefa Batista. **O Plano Básico de Ação do Serviço Social no INPS-1972**: racionalidade técnica modernizadora no serviço assistencial da política previdenciária. In: Léa Braga; Maria do Socorro Reis Cabral (Orgs.) **O Serviço Social na Previdência: trajetória, projetos profissionais e saberes**. 2ed. São Paulo: Cortez, 2008, p.37-62.

AGUIAR, Antônio Geraldo. **Serviço Social e Filosofia**: das origens a Araxá. Ed. 6ª. São Paulo: Cortez, 2011.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira; RODRIGUES, Maria C. Paulo. **O Campo da educação na formação profissional em Serviço Social**. In: Pereira, Larissa Dahmer; Almeida, Ney Luiz Teixeira (org). **Serviço Social e Educação**. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2013.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo, Boitempo, 1999.

ARREGUI, Carola C.; WANDERLEY, Mariangela B. A vulnerabilidade social é atributo da pobreza. **Serviço Social & Sociedade**. Nº 97, São Paulo: Cortez, 2009.

ASSIS, S. G. **Traçando caminhos em uma sociedade violenta**: a vida de jovens infratores e de seus irmãos não infratores. 2.ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999. Disponível em: <http://static.scielo.org/scielobooks/xjx2y/pdf/assis-9788575412800.pdf>. Acesso em: 22 de nov de 2018.

BANDEIRA, Marcos. **Atos infracionais e medidas socioeducativas**: uma leitura dogmática crítica e constitucional. s.d. Disponível em: www.uesc.br/editora/livrosdigitais/atosinfracionais-medidas-socioeducativas.pdf. Acesso em 14 mar. 2018.

BANDEIRA, Maria Márcia B. et al. O exame criminológico no atual contexto do sistema prisional. In: **O Estudo Social em perícias, laudos e pareceres técnicos**: Debates atuais no judiciário, no penitenciário e na previdência social. 11.ed. São Paulo: Cortez, 2014.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROCO, Maria Lucia Silva; TERRA, Sylvia Helena. **Código De Ética**: Comentado. São Paulo: Cortez, 2012.

BAUMAN, Zygmunt. **Sobre educação e juventude**: Conversas com Ricardo Mazzeo. Rio de Janeiro, Zahar, 2013.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. 2ªed. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, Elaine Rossetti; SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. Questão social e direitos. In: CFESS; ABEPSS (org). **Serviço social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS, 2009.

BETTO, Frei. Todos os países que reduziram a maioria penal não diminuíram a violência. **Pragmatismo Político**, 2014. Disponível em: <<http://www.pragmatismopolitico.com.br/2014/04/todos-os-paises-que-reduziram-maioridade-penal-nao-diminuiram-violencia.html>>. Acesso em: 3 abr. 2019.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro, Campos, 1992.

BOCATO, Vinicius. Quatro razões a favor da não redução da maioria penal. **Pragmatismo Político**, 2014. Disponível em: <<http://www.pragmatismopolitico.com.br/2013/04/pela-nao-reducao-da-maioridade-penal.html>>. Acesso em: 3 fev. 2019.

BRANQUINHO, L. A.: **A prática pedagógica da educação atual**, s.d. Disponível em: <http://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/pedagogia/a-pratica-pedagogica-educacao-atual.htm>. Acesso em 27 de out.2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Niterói: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 2010

_____. **Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)**. Lei nº 8.742. Brasília: DF, 7 de dezembro de 1993.

_____. **Norma Operacional Básica NOB/SUAS**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, DF, 2005.

_____. **Política Nacional de Assistência Social**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. 2004.

_____. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo**. Lei Nº 12.594, de 18 de jan. 2012.

BURIOLLA, Marta A.F. **O estágio supervisionado**. 7ªed. São Paulo: Cortez, 2011.

CADERNO de Orientações Técnicas: **Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto**. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, Distrito Federal, 2016.

CARVALHO, Raul de. Modernos Agentes da Justiça e da Caridade: notas sobre a origem do Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, nº2, São Paulo, Cortez, 1980.

CASTEL, Robert. **A dinâmica dos processos de marginalização**: da vulnerabilidade a “desfiliação”. Caderno CRH, Salvador, n.29/27, p.19-40, jan./dez.1997.

_____. **A insegurança social**: o que é ser protegido? Petrópolis: Vozes, 2005.

CASTRO, Manuel Manrique. **História do Serviço Social na América Latina**. São Paulo, Cortez, 2011.

CERQUEIRA, Daniel et al. **Atlas da violência**. Disponível em:<http://www.ipea.gov.br/portal/images/170602_atlas_da_violencia_2017.pdf> Acesso em:15 de Jun de 2017.

CHUAIRI, Sílvia Helena. Assistência jurídica e serviço social: reflexões interdisciplinares. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, v.22, n. 67, p.124-144, dez. 2001.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Serviço Social na Educação**. Brasília, set de 2001.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL/CFESS (Org.) **O estudo social em perícias, laudos e pareceres técnicos**: contribuição ao debate no judiciário, penitenciário e na previdência social. São Paulo: Cortez, 2004. O exame criminológico: notas para sua construção, Pt.3:p.69-96.

COSTA, Ana Paula Motta. Adolescência, violência e sociedade punitiva. **Serviço Social & Sociedade**, nº 83, São Paulo, Cortez, 2005.

COUTINHO, C.N. Notas sobre cidadania e modernidade. **Revista Praia Vermelha**. V.1, nº1,1997.

COUTINHO, L.G.; ROCHA, A.P.R. **Grupo de reflexão com adolescentes**: Elementos para uma escuta psicanalítica na escola. In: Psicologia Clínica. Rio de Janeiro, vol.19, n.2, p.71 – 85, 2007.

CRONEMBERGER, Izabel Herica G.M.; TEIXEIRA, Solange Maria. Famílias Vulneráveis como expressão da questão social, à luz da política de assistência social. **Revista Eletrônica Informe Econômico**. Ano 1, nº 1, ago.2013.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Etimológico nova fronteira da língua portuguesa**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999.

DIAS, José Fernandes (Org.). Serviço Social e Realidade. In: _____. **Serviço Social: Intervenção na Realidade**. Petrópolis: Vozes, 1980.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Metodologia e Ideologia do Trabalho Social**. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Saber profissional e poder institucional**. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2015.

FRANCISCHINI, Rosângela et al. **Adolescentes em conflito com a lei e medidas socioeducativas: Limites e (im) possibilidades**. Rio Grande do Norte: UFRN, v.36, n.3, p.267-273, set/dez. 2005. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/viewFile/1397/1097>>. Acesso em: 20 mar.2018

FRANCO, Maria Laura Puglisi B. **Análise de Conteúdo**. 5 ed. Campinas: Autores Associados, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

FREITAS, Rita de Cássia S. et al. Construindo uma profissão: o caso da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense. **Serviço Social & Sociedade**. Nº 97, São Paulo: Cortez, 2009.

FREITAS, Tais Pereira. Serviço Social e medidas socioeducativas: o trabalho na perspectiva da garantia de direitos. **Serviço Social & Sociedade**: São Paulo: Cortez, v. 26n. 105, p.30-49, jan/mar.2018.

GASKELL, G. **Entrevistas Individuais e Grupais**. In: M. W. Bauer & G. Gaskell (Orgs.). **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.

GATTI, B.A. **Docência na Educação Superior: implicações para aprendizagens significativas e para a efetividade formativa de novas gerações**, texto no prelo, São Paulo, 2019.

GIAQUETO, Adriana. **A Dimensão Educativa no Trabalho Social: exercícios de reflexão**. Jundiaí- São Paulo: Paco Editorial, 2015.

GOMIDE, Paula. **Menor infrator: a caminho de um novo tempo**. 2. ed. Curitiba: Juruá, pp. 35-50; 51-62; 67-76, 1998.

GONÇALVES, Hebe. **Progresso alcançado pelos programas de desenvolvimento de comunidade no Brasil**. In: III Reunião do Grupo Regional Interamericano sobre Desenvolvimento de Comunidade nos países do Cone do Sul do Continente: Organização dos Estados Americanos – UPA. CBCISS, nº 15, 1967.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

HINTZE, Gisele. **Evolução da legislação voltada à criança e ao adolescente no Brasil**. Disponível em: <<http://www.uniplac.net/emaj/Artigos/011.pdf>> Acesso em: 05 Ago2015.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, Marilda. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, Cortez, 2003.

_____. **As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no serviço social contemporâneo**. Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional. Ana Elizabete Mota et al (orgs.). São Paulo, Cortez, 2006.

_____. **Serviço social em tempo de capital fetiche**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2014.

ISAAC, Alexandre et al. **Parâmetros das ações socioeducativas**: igualdade como direito, diferença como riqueza. São Paulo: Copyright, 2007.

JESUS, Maurício Neves. **Adolescentes em Conflito com a Lei**: prevenção e proteção integral. Campinas: Sevanda, 2006.

JUNQUEIRA, Helena. Elementos para uma perspectiva histórica do Serviço Social no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, nº4, São Paulo, Cortez, 1980.

LIBÂNEO, José Carlos. Educação, Pedagogia e Didática. *In*: Pimenta, Selma Garrido (org). **Didática e formação de professores**: percursos e perspectivas no Brasil e em Portugal. Cortez, 2006.

LOPES, J.B. A formação profissional em Serviço Social na América Latina e Caribe: processo histórico e perspectivas atuais. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano X, n.30, abr.1989.

LUKE, Menga; ANDRE, Marli E.D.A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

LUZ, Luziene Aparecida. **A dimensão educativa no trabalho profissional do assistente social no S.U.A.S.**: A realidade de Santos, SP. Tese de Doutorado em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São PAULO, 2015.

MARTELLI, Amália. **Uma experiência comunitária Ijuí**. Rio Grande do Sul: CBCISS, nº2, 1966.

MARTINELLI, M.L. O serviço social na transição para o próximo milênio: desafios e perspectivas. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, v.19, n.57, p.133-148, jul.1998.

MARTINELLI, Maria Lúcia et al. **O Uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber**. São Paulo: Cortez, 1995.

MICHELETTI, Fátima A.B. de Oliveira. **Visita domiciliar como Estratégia de Pesquisa**. In: Metodologias Multidimensionais em Ciências Humanas. Brasília: Líber Livros, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 11a ed. São Paulo, HUCITEC, 2008.

MIOTO, Regina Célia; LIMA, Telma Cristiane. A dimensão técnico-operativa do serviço social em foco: sistematização de um processo investigativo. **Textos & Contextos**. Porto Alegre, v.8, n.1, p.22- 48, jan/jun. 2009.

MONTAÑO, Carlos. **La naturaleza del servicio social: un ensayo sobre su génesis, su especificidad y su reproducción**. São Paulo: Cortez, 1998.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETO, M^a Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, p. 77-132, 2011.

MOREIRA, M.C. e ALEVARENGA, R.F.C. **O Parecer Social: Um instrumento de viabilização de direitos**. In: O Estudo Social em perícias, laudos e pareceres técnicos: Debates atuais no judiciário, no penitenciário e na previdência social. 11ed. São Paulo: Cortez, 2014.

MORIN, Edgar. **A Cabeça Bem-Feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Ed. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2000.

_____. **Introdução ao Pensamento Complexo**. Porto Alegre: Editora Sulina: 4ed, 2005.

_____. **Os três princípios da esperança na desesperança**. Tradução de Salma Tannus Muchail e Maria Lucia Rodrigues. São Paulo:[s.n.], 2007.

_____. **Um pensamento livre para o século 21 – Complexidade, vivência e testemunhos**. Ed. Garamond Universitária, Rio de Janeiro, 2014

_____. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez; 2ed.; 2011.

MOTA, Ana Elizabete. **A nova fábrica de consensos**. São Paulo: Cortez, p. 24 – 27. 2000.

_____. As dimensões da prática profissional. **Presença Ética**. Recife: UFPE/GEPE, v.3, n.3, p.09-14, dez.2003.

NETTO, José Paulo. A crítica conservadora à Reconceptualização. **Serviço Social & Sociedade**, nº 5, São Paulo, Cortez, 1981.

_____. **Capitalismo monopolista e serviço social**. Ed. 8^a. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. São Paulo, Cortez, 17^aed, 2015.

PAIVA, Vanilda. et al. **Juventude em conflito com a lei**. Rio de Janeiro: Garamond, pp. 19-34; 107-153, 2007.

PASSETTI, Edson. **O que é menor**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PAULINO, Sandra Eliza. Serviço Social e o atendimento socioindividual. In: Rodrigues, Maria Lucia (org.), **Serviço Social e sua reconstrução técnico-operativa**. Ed. Educ e Fapesp, São Paulo, 2016.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Estado, sociedade e esfera pública. In: CFESS; ABEPSS (org). **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS, 2009.

PONTES, Reinaldo Nobre. Mediação: categoria fundamental para o trabalho do assistente social. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Brasília: CFESS/ ABEPSS/ CEAD/ NED/ UNB, Módulo 4: item 4.2.1: p.36-50, 2002.

PRATES, JANE C. A arte como matéria prima e instrumento de trabalho para o assistente social. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), Porto Alegre, PPGSS, PUCRS, v. 6, n. 2, 2007.

QUEIROZ, José J. et al. **O mundo do menor infrator**. São Paulo: Cortez, 1984.

READ, Herbert. **A Educação pela Arte**. Trad. Valter Lellis Siqueira. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

RIZZINI, Irene et al. **Acolhendo crianças e adolescentes**: experiências de promoção do direito à convivência familiar e comunitária no Brasil. São Paulo: Cortez, 2006.

RIZZINI, Irene ; PILOTTI, Francisco. **A arte de governar crianças**: A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2011.

RIZZINI, Irene. **Criança e a lei no Brasil**: revisitando a história (1822 – 2000). Rio de Janeiro, Unicef, USU, 2000.

RODRIGUES, M.L.; LIMENA M.M.C. **Metodologias multidimensionais em ciências humanas**. Brasília: Liber Livro, 2006.

RODRIGUES, Maria Lucia. O serviço social e a perspectiva interdisciplinar. In: MARTINELLI, Maria Lucia; RODRIGUES, Maria Lucia; MUCHAIL, Salma Tannus, (orgs). **O uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber**. São Paulo: Cortez, p. 152-158, 1995.

_____. **Revolta da “inclusão” ou recusa da “exclusão”?**. In: Prouni e Inclusão Social. São Paulo: Xamã, 2011.

ROSA, Elizabete Terezinha. Adolescentes com prática de ato infracional: a questão da imputabilidade penal. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, v.22, n. 67, p.182- 202, dez. 2001.

SALES, Mione Apolinário. **(In) visibilidade perversa**: adolescentes infratores como metáfora da violência. São Paulo: Cortez, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Cortez, 2010.

SCHMIDT, Fabiana et al. Mitos sobre a redução da maioridade penal. **Praxis**. Rio de Janeiro: CRESS, n.78, jul-ago.2014.

SEBARROJA, Jaume Carbonell. **Pedagogias do Século XXI, bases para a inovação educativa**. Ed. Penso, Porto Alegre, 2016.

SILVA, M.Ozanira D.S. **O Serviço Social e o popular**: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SILVA, Nivia Carla. **Do código de menores ao ECA**: um perfil da atenção sócio-institucional ao adolescente autor de ato infracional. Rio de Janeiro: UERJ, n. 11, p.153- 172, dez. 1997.

SIMÕES, Carlos. **Curso de Direito do Serviço Social**. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2009

SOUSA, Charles Toniolo. **A prática do assistente social**: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional. Emancipação. Ponta Grossa, 2008. Disponível em: <<http://www.uepg.br/emancipação>>. Acesso em: 12set 2017.

SPOSATI, Aldaíza. Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. In: **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília: Ministério do desenvolvimento social e combate à fome, Unesco, 2009.

_____. **Políticas públicas e direitos sociais no contexto de crise capitalista contemporânea**, Ed. Paulinas, Livro Eletrônico, 2019.

SPOSATI, Aldaíza; FALCÃO, Maria do Carmo. **LBA Identidade e Efetividade das ações no enfrentamento da pobreza brasileira**. São Paulo: Educ, 1989.

SZYMANSKI, Heloisa et al. **A Entrevista na Pesquisa em Educação a prática reflexiva**. Brasília, Liber Livro, 2ª Ed.,2008.

TOLEDO, Alex. **Adolescência e Subalternidade**: O ato infracional como mediação com o mundo. Dissertação de Mestrado (Serviço Social) – PUC-SP, 2007.

TORRES, Mabel Mascarenhas. **As Múltiplas dimensões presentes no exercício profissional do assistente social**: intervenção e o trabalho sócio-educativo. Serviço Social em Questão. v.12, n.1, p. 202 -227, jul./dez 2009.

VASCONCELOS, Ana Maria. **O trabalho do assistente social e o projeto hegemônico no debate profissional**. Capacitação em Serviço Social e Política Social, módulo 4, Brasília: UnB, 2000, p.127-137.

VIEIRA, Balbina Ottoni. **História do Serviço Social**. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora;1977.

VIEIRA, M.P.; PEIXOTO, M.R; KHOURY, Y.M. **A Pesquisa em História**. 4 ed. São Paulo: Ática, 1998.

VOLPI, Mario. **O adolescente e o ato infracional**. 10 ed. São Paulo: Cortez,2015.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. São Paulo: Cortez, p. 61-70,1993.

_____. **Os fundamentos do Serviço Social na contemporaneidade**. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 4: O trabalho do assistente social e as políticas sociais. Brasília, 2000.